



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EDUCAÇÃO FÍSICA EM
REDE NACIONAL – PROEF



JOÃO HENRIQUE UMBELINO DE ARAÚJO

**EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CAMINHOS
PERCORRIDOS E PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS**

MARINGÁ – PARANÁ

2023

JOÃO HENRIQUE UMBELINO DE ARAÚJO

**EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CAMINHOS
PERCORRIDOS E PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS**

Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do título de Mestre à
Universidade Estadual de Maringá,
Programa de Mestrado Profissional em
Educação Física em Rede Nacional –
ProEF, sob orientação do Prof. Dr.
Claudio Kravchychyn

MARINGÁ – PARANÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central- UEM, Maringá, PR, Brasil)

A663e	Araújo, João Henrique Umbelino de Educação física e esporte na educação especial: caminhos percorridos e perspectivas pedagógicas /João Henrique Umbelino de Araújo. -- Maringá, 2023. 101 f. : il. Acompanha produto educacional: Unidade didática: esporte de marca na educação especial. 25 f. Orientador: Prof.Dr.Claudio Kravchychyn. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional – ProEF, 2023. 1.Educação física especial.2.Educação especial.3.Esportes. 4. APAE. I. Kravchychyn, Claudio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Educação Física. Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional – ProEF III. Título. CDD 23.ed.796.08
-------	---

JOÃO HENRIQUE UMBELINO DE ARAÚJO

**EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CAMINHOS
PERCORRIDOS E PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS**

Dissertação apresentada como
requisito para obtenção do
título de Mestre à Universidade
Estadual de Maringá,
Programa de Mestrado
Profissional em Educação
Física em Rede Nacional –
ProEF.

Orientador: Claudio Kravchychyn

Data da defesa: 24/03/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador:
Doutor Claudio Kravchychyn
Universidade Estadual de Maringá

**Membro Titular: Doutora Vânia de Fátima
Matias de Souza**
Universidade Estadual de Maringá

Membro Titular: Doutora Juliana Dias Boaretto
Universidade Estadual do Paraná – Campus
Paranavaí

Local: Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Sede
Centro de Ciências da Saúde/Departamento de Educação Física

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Ana e Adilson, meus primeiros incentivadores, que acreditam e me encorajam em alcançar essa conquista; ao meu irmão Victor, cunhada Rafaela e Sobrinha Laura, pelo incentivo e estímulos durante a caminhada, e também pelo acolhimento em sua residência. Meus familiares e amigos próximos que não desacreditaram um único momento desta jornada. E aos meus amigos professores que colaboraram em todas as etapas. Sensação de dever cumprido... Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que é quem nos encoraja e nos fortalece em todos os momentos de nossa vida. O sentimento é de imensa gratidão a todos aqueles que torceram, vibraram, incentivaram e se fizeram presentes nessa jornada e me encorajaram a viver essa oportunidade, de retornar à vida acadêmica e concluir mais uma etapa de formação.

Agradeço também aos nobres e estimados professores da Universidade Estadual de Maringá, em especial aos do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física, que conduziram e orientaram todos os nossos passos desde a matrícula até a conclusão. Professores que nos inspiram a transformar nossas atuações na Educação Física escolar.

Aos membros da minha banca, professora Juliana Dias Boaretto, minha professora da formação inicial e que pôde acompanhar esse importante momento, e a professora Vânia de Fátima Matias de Souza, pessoas que, com suas virtudes, competência e profissionalismo, inspiram no trabalho com novas ideias, compartilharam seus conhecimentos e despertaram, em mim, uma nova visão para o campo acadêmico e um novo olhar para Educação Física.

Ao meu orientador, professor Claudio Kravchychyn, quem eu pude conhecer e estreitar laços, que me inspira e a quem possuo grande admiração e respeito. Agradeço pela paciência e compreensão, por estar aberto a conhecer o universo da educação especial, a respeitar o meu tempo, e perceber que tudo o que nos propusemos a fazer, fizemos com o melhor que tínhamos. A sua experiência, com certeza, foi fundamental para chegarmos neste momento.

Aos meus familiares, em especial meus pais e tios, que foram minha força por várias vezes, em muitos momentos fortaleceram e revigoraram. Podem ter certeza que tudo valeu a pena. Eu amo vocês!

Aos meus amigos próximos: Dani, Lu, Carol, que não mediram esforços para estarem comigo em todos os momentos, até naqueles em que eu só falava do mestrado.

Aos amigos de turma, que por causalidade reuniu onze homens, professores de diferentes localidades e realidades, que durante as nossas aulas e encontros, mesmo em momentos de pandemia, enriqueceram nossas pautas, e foram suporte

nos momentos de correria e de angústias. Juntos compartilhamos emoções, dúvidas, conquistas, divergências acadêmicas, enfim, compartilhamos a amizade.

Aos meus estimados amigos professores de Educação Física, das escolas especiais da regional das APAEs de Paranavaí, que participaram e abrilhantaram todas as etapas da referida pesquisa. Só posso agradecer e dizer que sem vocês, não seria a mesma coisa.

A todos os diretores, pedagogos, professores e alunos das escolas as quais trabalhei durante o processo de formação, e que foram parceiros em todas as etapas, reuniões, aulas por *meet*, aulas presenciais, aplicação e intervenção. Se não fosse a parceria e amizade, não poderia ter concluído essa etapa tão sonhada de minha vida.

ARAÚJO, João Henrique Umbelino de. **EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL:** caminhos percorridos e perspectivas pedagógicas. Orientador: Dr. Cláudio Kravchychyn. 2023. 101p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF) – Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá-PR, 2023.

RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito das Escolas de Educação Básica na Modalidade de educação especial (mantidas pelas APAE) do Conselho Regional de Paranaíba-PR, junto a 19 professores da disciplina de Educação Física, que ministram aulas no ensino fundamental – anos iniciais. O estudo tem por objetivo geral Apresentar uma proposta de estruturação do esporte na Educação Especial com foco na formação humana. Para tanto, no primeiro momento, foram aplicados os métodos de pesquisa histórica e documental sobre a trajetória da APAE e de suas sedes no Estado do Paraná, bem como a organização do processo de escolarização, por meio de escolas de educação básica na modalidade de educação especial. No segundo momento foi efetuada uma pesquisa descritiva, com aplicação de um questionário a 16 professores, composto por sete questões sobre a temática abordada, sendo três fechadas (sobre sexo, idade e tempo de docência) e quatro fechadas com possibilidade de complementação ou justificativa de resposta, buscando diagnosticar potencialidades e dificuldades do ensino do esporte na educação especial, a partir das experiências e da visão de seus professores. O terceiro momento, realizado sob o método de pesquisa participante com a proposta de um planejamento participativo específico coordenado pelo pesquisador, e com a adesão de 11 professores. Esse momento contou com cinco encontros, por meio da Plataforma *Google Meet*. Na primeira etapa do estudo, concluiu-se que há uma valorização gradativa das pessoas com deficiência em idade escolar, e que quando associamos o esporte à Educação Física, este desenvolve papel fundamental no processo de inclusão social dos alunos com diferentes deficiências, compondo o rol de conteúdos trabalhados em todas as etapas de ensino previstas. No Paraná, observa-se o privilégio da aprendizagem e prática esportiva na escola, ambiente universalmente reconhecido como de formação e pertencimento. Na segunda etapa, concluiu-se que ao ministrar os conteúdos esportivos na Educação Física especial, as principais dificuldades se relacionam com as diferentes necessidades dos alunos – várias deficiências na mesma turma – e, assim, quais metodologias e estratégias utilizar para atingir todos os alunos, além de questões de infraestrutura. Na terceira etapa, concluiu-se que o processo de ensino e aprendizagem de conteúdos esportivos, nas aulas de Educação Física da Educação Especial, requer do docente uma dedicação ímpar no processo de planejamento. Dessa forma, o planejamento participativo apresenta a perspectiva de discussões e troca de experiências vividas no contexto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Apae; Unidade didática; Esportes.

ABSTRACT

The research was developed within the scope of Basic Education Schools in the Special Education modality (maintained by APAEs) of the Paranaíba-PR Regional Council, with 19 Physical Education teachers, who teach in the elementary school - early years. The general objective of the study is to present a proposal for structuring sport in Special Education with a focus on human development. For this, in the first moment, the methods of historical and documental research were applied on the trajectory of APAE and its headquarters in the State of Paraná, as well as the organization of the schooling process, through basic education schools in the special education modality. In the second moment, a descriptive research was carried out, with the application of a questionnaire to 16 teachers, composed of seven questions on the approached theme, being three closed questions (about gender, age, and time teaching) and four closed questions with the possibility of complementation or justification of answer, seeking to diagnose potentialities and difficulties of teaching sports in special education, from the experiences and the vision of their teachers. The third moment, conducted under the participatory research method with the proposal of a specific participatory planning coordinated by the researcher, and with the adhesion of 11 teachers. This moment included five meetings, through the Google Meet Platform. In the first stage of the study, it was concluded that there is a gradual valorization of people with disabilities at school age, and that when we associate sports with Physical Education, it plays a fundamental role in the process of social inclusion of students with different disabilities, making up the list of contents worked on in all the planned stages of education. In Paraná, we observe the privilege of learning and practicing sports at school, an environment universally recognized as one of training and belonging. In the second stage, it was concluded that when teaching sport contents in special Physical Education, the main difficulties are related to the different needs of the students - several disabilities in the same class - and, thus, which methodologies and strategies to use to reach all students, besides infrastructure issues. In the third stage, it was concluded that the process of teaching and learning sportive contents, in Physical Education classes of Special Education, requires from the teacher a unique dedication in the planning process. Thus, participatory planning presents the perspective of discussions and exchange of experiences lived in the school environment.

KEYWORDS: Physical Education; Apae; Didactic unit; Sports.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS:

Figura 1: – Sistematização da dissertação.....	22
Figura 2: Organização da Educação Infantil.....	35
Figura 3: Organização do Ensino Fundamental.....	36
Figura 4: Organização Educação de Jovens e Adultos – EJA.....	36
Figura 5: – Escolas Especiais da região de Paranavaí – PR.....	55
Figura 6:– Motivos dos professores para atuação na Educação Especial.....	59
Figura 7: – Dificuldades em ministrar conteúdos esportivos na disciplina de Educação Física na Educação Especial.....	60
Figura 8: – Potencialidades para ministrar conteúdos esportivos na disciplina de Educação Física na Educação Especial.....	63
Figura 9: – Cinco passos da pedagogia histórico-crítica, de acordo com Gasparin (2005)	80
Figura 10:– Termos relacionados ao planejamento, citados pelos professores.....	86
Figura 11: – Termos relacionados à inclusão, citados pelos professores.....	88

QUADROS

Quadro 1 – Estrutura geral da dissertação.....	15
Quadro 2 – disposição dos conteúdos da Educação Física – 1º ao 5º ano, das Referências Pedagógicas para as Escolas Especializadas do Estado do Paraná....	41
Quadro 3 – disposição dos conteúdos da Educação Física – 1º ao 5º ano, conforme BNCC	42
Quadro 4 – Plano de aula nº 1	83

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

AVDs – Atividades da Vida Diária

BNCC –Base Nacional Comum Curricular

CEE - Conselho Estadual de Educação do Paraná

COPEP/UEM– Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá

DEE – Departamento de Educação Especial do Paraná

DEEIN – Departamento de Educação Especial e Inclusão do Paraná

EFA – Educação Física Adaptada

EFI – Educação Física Inclusiva

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FEAPAES-PR – Federação das Apaes do Estado do Paraná

FEBIEX – Federação Estadual das Instituições de Reabilitação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

SEED – Secretaria de Estado da Educação do Paraná

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEEPEIN – Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

SUMÁRIO

TRAJETÓRIA NA PÓS-GRADUAÇÃO	13
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO, OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E MÉTODOS..	17
CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE NAS APAES DO PARANÁ: PERCURSO HISTÓRICO	27
CAPÍTULO 3 - PERFIL IDENTITÁRIO DE PROFESSORES E O ENSINO DO ESPORTE NAS APAES DA REGIÃO DE PARANAVAÍ-PR.....	52
CAPÍTULO 4- PLANEJAMENTO DOCENTE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	71
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÃO	95
APÊNDICES.....	98

TRAJETÓRIA NA PÓS-GRADUAÇÃO

Todo processo formativo exige adaptação a uma nova rotina de trabalho e estudos. Diante dessa perspectiva, as maiores dificuldades nas atribuições do ser professor ocorrem por conta de que, na maioria das vezes, o seu trabalho não termina na escola, o que acaba interferindo, frequentemente, nos momentos de lazer, os quais são substituídos por atividades escolares e, nesse momento formativo do mestrado, por atividades acadêmicas.

Por se tratar de um mestrado profissional, em que todas as temáticas são pautadas na realidade escolar, essa formação engloba pré-disposição e proximidade, contribuindo para a legitimação de nossa profissão docente. Com isso, as disciplinas cursadas fazem com que a nossa visão e até mesmo nossa prática escolar seja pensada, repensada e, por vezes, modificada, tornando-nos agentes de mobilização no nosso ambiente escolar. Ao analisarmos as diversas problemáticas da Educação Física, conseguimos perceber que muitos dos nossos dramas também são presentes em diferentes contextos e lugares.

Na sequência, pudemos analisar como um planejamento bem elaborado pode fazer a diferença em realidades distintas e aproveitar as potencialidades dos alunos. Vejo, ainda, que nesse item precisamos avançar significativamente, sob o entendimento de que planejar é essencial ao trabalho docente, especialmente na Educação Física, para romper paradigmas como o do “rola bola”.

É importante ainda destacar – e pode ser apenas uma ressalva minha – que dentro das metodologias de ensino, poderiam ter sido abordadas outras estratégias e ações, principalmente voltadas à realidade brasileira da Educação Física. Porém, as que foram apresentadas foram úteis e aplicáveis ao ambiente de trabalho. Senti falta, ainda, de temas e momentos relacionados a alunos com deficiências, não somente na pauta da inclusão, mas sim de sugestões ou discussões mais aprofundadas sobre a temática.

Por fim, na disciplina da linha de pesquisa, pudemos mergulhar nas diversas possibilidades do movimento corporal e também do lugar de destaque que a Educação Física merece e deve evidenciar, com vivências corporais significativas, estudos e momentos de discussões que foram essenciais para o aproveitamento de todos.

Durante o período de mestrado – grande parte dele com restrições impostas pela pandemia – as participações em eventos científicos se deram por meio da tecnologia, on-line, síncronos, porém, muito valiosos na questão de conteúdos e metodologias. Pude participar também do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Educação Física e Políticas Educacionais (GEEFE) que, entre outras frentes, promove estudos em políticas educacionais, com especial interesse de minha parte na educação infantil e ensino fundamental, no qual as discussões e amplitudes de conhecimentos adquiridos foram de grande valor.

Por fim, entendo que as experiências vividas no período de pós-graduação são únicas, pois permitem ao estudante-pesquisador-professor, analisar e perceber a importância do processo de formação e, conseqüentemente, a melhoria da prática docente.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação foi estruturada de acordo com o modelo escandinavo, sendo apresentada em cinco capítulos (Quadro 1).

Capítulo 1	Introdução Geral da Dissertação Apresentação, objetivos, justificativa e métodos.
Capítulo 2	Artigo de Revisão Educação Especial, Educação Física e esporte nas APAEs do Paraná: percurso histórico.
Capítulo 3	Artigo Original Perfil identitário de professores e o ensino do esporte nas APAEs da região de Paranavaí-PR.
Capítulo 4	Artigo Original Planejamento docente da Educação Física na Educação Especial.
Capítulo 5	Considerações Finais Conclusão geral da dissertação.

Quadro 1 – Estrutura geral da dissertação.

Fonte: O autor.

O primeiro capítulo é composto pelos itens: apresentação, objetivos, justificativa e métodos.

O segundo capítulo é caracterizado por uma pesquisa histórica e documental, abordando a história da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a trajetória da instituição e de suas sedes no Estado do Paraná, bem como a organização do processo de escolarização, por meio de escolas de educação básica na modalidade de educação especial.

Já o terceiro capítulo é composto por uma pesquisa descritiva, buscando diagnosticar o perfil identitário de docentes atuantes na Educação Especial e potencialidades e dificuldades do ensino do esporte na realidade de escolas de Educação Básica, na Modalidade de educação especial (mantidas pela APAE) do Conselho Regional de Paranavaí-PR.

O quarto capítulo apresenta uma pesquisa participante, sob a proposta de um planejamento participativo específico com a participação do pesquisador e dos professores de Educação Física das escolas de Educação Básica, na Modalidade de Educação Especial (mantidas pelas APAE) do Conselho Regional de Paranavaí-PR, que culmina na estruturação de uma unidade de ensino referente ao esporte de

marca. Esse planejamento ocorreu mediante cinco encontros, por meio da Plataforma *Google Meet*.

Por fim, o capítulo 5 finaliza a dissertação, com as conclusões gerais do estudo.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO GERAL DA DISSERTAÇÃO

Em 1954 foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), ensejando a criação de escolas especiais no Brasil. Segundo Rodrigues, Capellini e Santos (2017, p. 5), “[...] a expansão dessas instituições privadas e filantrópicas desobrigava o poder público do atendimento educacional a essa parcela da população estudantil”. Contudo, os autores enfatizam que, aos poucos, o atendimento especial, o material especial e os professores interessados na área começaram a ter espaço e consideração, o que despertou a necessidade de atuação do Estado brasileiro nesse processo, originando dois subsistemas – Educação Comum e Educação Especial –, cujos objetivos eram aparentemente os mesmos, ou seja, formar o cidadão para a vida em sociedade e no trabalho.

Somente na década de 1970 passou-se a adotar no Brasil um formato voltado à integração, no qual os alunos com alguma deficiência passaram a ser incluídos em escolas comuns, necessitando de apoio especial e atendimento educacional especializado. Na visão da época, o objetivo era aproximar o “normal” dos alunos com deficiência, distanciando dos modelos de segregação. Já na década de 1980, as políticas públicas versavam sobre a normalização e a integração. Porém, na efetividade, o que ocorria era a exclusão dos estudantes com deficiências das classes comuns e sua realocação em turmas especiais, com o argumento de que esses alunos não estariam aptos a cursar as classes regulares (RODRIGUES; CAPELLINI; SANTOS, 2017).

Conforme aponta Hykavei Júnior (2022), ao inserir a Educação Física nas APAEs, o principal objetivo era o esporte e a qualidade de vida. Apesar de apresentar muitas semelhanças com a Educação Física das escolas comuns, na educação especial também aparecem as contradições históricas e culturais que permeiam a Educação Física escolar.

Hoje, a Educação Física acontece nas escolas mantidas pelas APAES do Estado do Paraná da seguinte maneira:

“(...) duas horas de Educação Física para cada turma de alunos a partir dos 4 anos de idade. Esse oferecimento segue um planejamento pedagógico organizado pelo Departamento de

Educação Especial (DEE) e a Federação Estadual das APAEs."(HYKAVEI JÚNIOR, 2022, P.52)

No Brasil, a importância da atividade física para a formação plena do homem foi defendida há muito tempo. Segundo Marinho (1975), fazendo uma alusão ao Rui Barbosa, ressaltou que sua influência favoreceu "[...] para que, em nosso país se criasse uma mentalidade favorável à prática das atividades físicas quer sob a forma de ginástica, quer sob a de desporto ou exercício militar" (p.19-20).

Hardman (1994) evidencia a forte participação da Educação Física nos currículos desde a antiguidade. Preparava-se o indivíduo para os desafios da vida e para a saúde, como perspectivas de uma melhor qualidade de vida social, política, no campo militar e de controle sócio comportamental, objetivando a manutenção da autoridade e poder, servindo a interesses ideológicos desde então.

Em contrapartida, os esforços para a valorização da área encontravam barreiras na própria configuração dos currículos dos cursos de Educação Física. DaMatta (1978) alerta que, para muitos, não seria necessário incluir em tais currículos disciplinas como Filosofia, Sociologia, Antropologia, reforçando, no professor de Educação Física, o estereótipo de instrutor ou educador do físico. Para Caparroz (2007, p. 21),

[...] parece haver a necessidade de politizar o debate acadêmico, colocando assim a Educação Física em "harmonia com o momento atual". Assim, emerge uma forte crítica ao "descompromisso político" de que se impregnara área ao longo de décadas.

Sobre as dificuldades relacionadas à docência na Educação Física, além da desvalorização da disciplina, cujas causas estão ligadas principalmente à sua dificuldade em legitimar-se como componente curricular (KRAVCHYCHYN et al., 2012), as condições de trabalho por vezes não são favoráveis, com falta de materiais e infraestrutura precária, fatores esses que afetam diretamente a ação docente e as aulas. São situações que levam os professores a terem dificuldade de colocar em prática o que planejam, com prejuízos significativos ao processo de ensino e aprendizagem. Com tais dificuldades, a desmotivação dos docentes e a dificuldade de concretizar trabalhos suficientemente bons são passíveis de frustrar expectativas próprias e da comunidade escolar (BATISTA; CARDOSO; NICOLETTI, 2019).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) nos aponta uma Educação Física como tema de prática corporal e as inúmeras formas de codificação e significação social, sendo possível, então, entender que inúmeras são as vantagens e benefícios quando a associamos ao desenvolvimento infantil. Diante disso, a utilização dos conteúdos esportivos na Educação Física deve ser pensada desde as manifestações formais quanto às diversificadas. De acordo ainda com a BNCC, o esporte

[...] caracteriza-se por ser orientado pela comparação de um determinado desempenho entre indivíduos ou grupos (adversários), regido por um conjunto de regras formais, institucionalizadas por organizações (associações, federações e confederações esportivas), as quais definem as normas de disputa e promovem o desenvolvimento das modalidades em todos os níveis de competição (BRASIL, 2018, p.213).

O esporte pode ser entendido no ambiente escolar como o esporte “da” escola e o esporte “na” escola. O termo esporte “na” escola sugere a incorporação pela escola do modelo do rendimento esportivo, subordinado aos códigos/sentidos da instituição esportiva, enquanto que o esporte “da” escola sugere flexibilização de regras, modificáveis de acordo com os interesses e necessidades dos alunos, participação coletiva, inclusão, possibilidade utilização e construção de materiais alternativos, valorização do lúdico, entre outros fatores (BRACHT, 2000; GONZALEZ; PEDROSO, 2012).

Para pessoas com deficiência, o esporte pode ser uma oportunidade de inclusão. Assim, o esporte adaptado pode ser conceituado como “esporte modificado ou especialmente criado para ir ao encontro das necessidades únicas de pessoas com deficiência”(GORGATTI; GORGATTI, 2008).

É comum a sociedade associar a pessoa com deficiência à falta de produtividade, ou seja, o fracasso é facilmente apontado e o sucesso é pouco percebido e quando percebido é atribuído com mérito, não sendo valorizado o esforço depositado para tal proeza. O esporte adaptado ocupa/desempenha um papel importante na sociedade porque ele combate este tipo de preconceito e estereótipo em torno das pessoas com deficiência (HEIL, 2008, p.32).

Para além do esporte adaptado, no ambiente escolar é necessário um desmembramento das ações quando pensamos nos alunos com deficiências. Então, é preciso conceituar a Educação Física Adaptada.

[...] É uma área da Educação Física escolar, onde o desenvolvimento de jogos, brincadeiras, danças e esportes são adaptados às

necessidades dos alunos deficientes, visando superar a exclusão que comumente ocorre nas aulas ou tendo por objetivo atingir uma participação satisfatória de todos os alunos (WINNICK, 2004, p.10).

Desse modo, Hykavei Júnior (2022), esclarece que:

“Alunos com deficiência possuem especificidades e diferenças, assim o planejamento educacional deve ser adaptado de forma que atenda às necessidades desses alunos. A disciplina de Educação Física tradicionalmente valoriza o corpo e o movimento corporal a partir de um certo padrão. Alunos com deficiência podem não possuir o corpo ideal e nem o padrão social esperado de movimento. Essa é uma questão presente também nas APAEs, que recebem alunos que apresentam diferentes intensidades e ritmos em seu desenvolvimento cognitivo, motor e socioafetivo.” (p.47)

Portanto, indo a campo, procuramos realizar um diagnóstico de potencialidades e dificuldades no ensino do esporte no ambiente pesquisado. E, ainda, por meio do planejamento participativo de uma unidade didática envolvendo o pesquisador e professores de Educação Física da educação especial, referenciar a atuação desses professores no ensino dos conteúdos esportivos, sob os objetivos listados a seguir.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Apresentar uma proposta de estruturação do esporte na Educação Especial com foco na formação humana.

Objetivos Específicos

- Identificar o percurso histórico de consolidação das APAES como escolas especializadas no Estado do Paraná e a importância do esporte nesse processo;
- Verificar o perfil identitário de professores de Educação Física da educação especial e a sua relação com as dificuldades e potencialidades em planejar e ministrar conteúdos esportivos;
- Construir, sob os preceitos do planejamento participativo e da pedagogia histórico-crítica, a unidade de ensino de esportes de marca, direcionada ao ambiente estudado.

JUSTIFICATIVA

A justificativa para a discussão sobre o processo de planejamento na Educação Física especial passa pela necessidade de reflexão constante sobre as ações planejadas e o impacto delas na atuação docente, para implementação consciente do plano de unidade e dos planos de aula, em busca de novos caminhos para responder aos grandes desafios do ensinar e aprender.

Assim, espera-se que este estudo possa contribuir para o hábito da execução e implementação de práticas docentes, a partir de uma visão voltada ao planejamento criativo, crítico e participativo, articulando todos os momentos com o referencial utilizado pelas escolas das APAEs, em especial nas aulas de Educação Física.

Enquanto processo mental, o planejamento envolve habilidades específicas. Ao longo dos anos de docência, os professores adquirem hábitos que se tornam comuns em seu cotidiano escolar, correndo o risco da não análise constante sobre seu conhecimento e suas habilidades, evolução satisfatória do processo pedagógico e, conseqüentemente, possível perda da noção da evolução e dinâmica histórica de sua carreira.

Com isso, a relevância do estudo é dada pela abordagem do ensino do esporte na educação especial e no oferecimento de subsídios teórico-práticos para a prática docente em escolas especializadas. A lacuna de pesquisa evidencia-se na escassez de estudos relacionados ao tema e ao contexto ora abordado.

PRODUTO EDUCACIONAL

Para esta pesquisa, o produto educacional proposto foi a elaboração de uma unidade didática (plano de unidade e planos de aulas) referente ao esporte de marca, como proposta de atuação no ensino dos conteúdos esportivos junto a professores de Educação Física das APAEs do Conselho Regional de Paranaíba-PR.

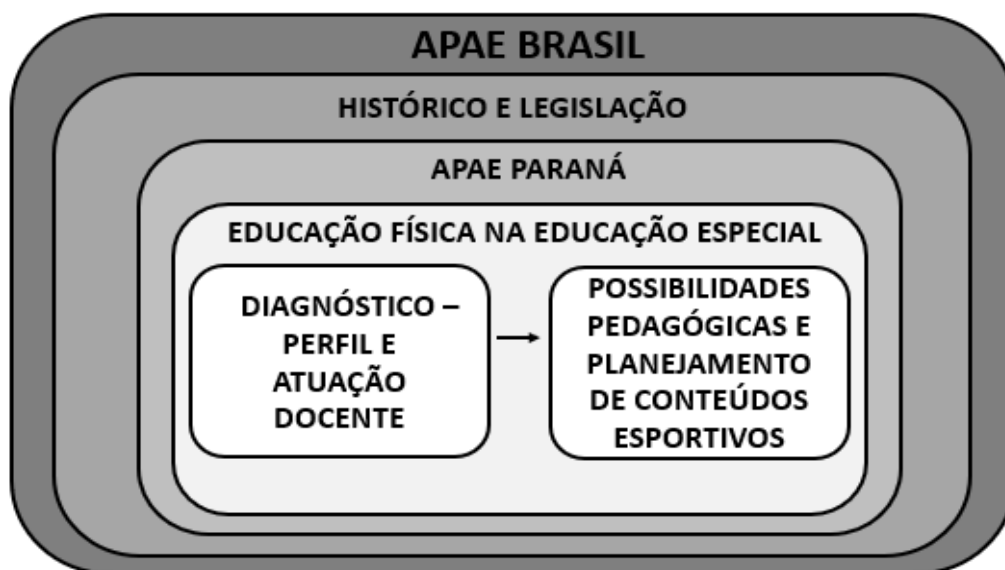


Figura 1 – Sistematização da dissertação.

Fonte: O autor.

MÉTODOS

No primeiro momento (Capítulo 2), foram aplicados os métodos de pesquisa qualitativa, de características documental e histórica, referente ao percurso de consolidação das APAES no Brasil e no Estado do Paraná – neste caso, como uma rede de escolas especializadas –, bem como a importância do esporte nesse processo e contexto. A pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (OLIVEIRA, 2007). Já a característica histórica do estudo advém da necessidade de compreensão do passado produzido pelo homem ou por sua interferência, a partir de análises de fontes diversas (BARROS, 2012).

Para a sistematização da pesquisa, consultamos: a) Legislação: Constituição Federal (BRASIL, 1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996); Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (PARANÁ, 2009); Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014); b) Resoluções/Instruções/Informações: Resolução Nº 3600/2011 GS/SEED (PARANÁ, 2011); Informação nº 90/2015, SUED/SEED/DEEIN (PARANÁ, 2015); c) Pareceres: Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14 (PARANÁ, 2014); Parecer CEE/Bicameral nº 128/18 (PARANÁ, 2018d); d) Documentos curriculares: Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações (PARANÁ, 2018a); Organização administrativa e pedagógica das escolas especializadas do Estado do Paraná,

(PARANÁ, 2018b); Referencial pedagógico para as escolas de educação básica na modalidade da educação especial (PARANÁ, 2018c); Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

No segundo momento (Capítulo 3) foi realizada uma pesquisa descritiva, como fim de determinar o *status*, as opiniões e, possivelmente, as projeções futuras nas respostas obtidas, sob a premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas podem ser melhoradas através de descrição e análise de observações objetivas e diretas (THOMAS; NELSON; SILVERMANN, 2019). Esta etapa foi desenvolvida com professores de Educação Física das Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, mantidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), do Conselho Regional de Paranaíba, composta por 12 unidades, em diferentes cidades da região noroeste do Paraná.

De uma população de 19 professores atuantes nessas unidades, obtivemos, para este estudo, uma adesão voluntária de 16 participantes (84%). Os professores participantes responderam a um questionário composto por sete questões sobre a temática abordada, sendo três fechadas (sobre sexo, idade e tempo de docência) e quatro fechadas com possibilidade de complementação ou justificativa de resposta, de modo que esse formato permitiu uma análise quali-quantitativa dos dados.

As informações oriundas das alternativas oferecidas foram analisadas por meio de estatística descritiva simples (frequência e percentual). Já os dados textuais, originando dados qualitativos, foram analisados por meio de categorização, sob as indicações da Bardin (2011). Os resultados estão apresentados em descrição textual e por meio de Figuras (gráficos), e discutidos à luz de estudiosos e pesquisadores sobre os assuntos abordados no estudo.

Ainda, a identidade dos participantes foi preservada na apresentação de suas falas, mediante codificação (P1 a P16). O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá (COPEP/UEM) – CAAE 607.00622.1.0000.0104.

Já o terceiro momento (Capítulo 4) foi realizado sob o método de pesquisa participante. Essa modalidade de pesquisa é desenvolvida a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas, buscando os interesses da comunidade em sua própria análise. A pesquisa participante é um instrumento importante de trabalho para a geração de ideias e propostas possivelmente úteis e atuais (BRANDÃO; BORGES, 2007). Consiste na proposta de um planejamento participativo específico com a participação do pesquisador e de 11 professores de

Educação Física das escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial (mantidas pelas APAE) do Conselho Regional de Paranaíba-PR, que culmina na estruturação de uma unidade de ensino referente ao esporte de marca. Esse planejamento ocorreu mediante cinco encontros, por meio da Plataforma *Google Meet*.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, J.D. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, n.12, P. 129-159, mai/ago 2012.

BATISTA, F.L.; CARDOSO, V.D.; NICOLETTI, L.P. O Professor de Educação Física Escolar e a Influência da Motivação em Sua Prática Pedagógica. **Educação em Debate**, Fortaleza, n. 80, p. 172-184, set./dez 2019.

BRACHT, V. Esporte na escola e esporte de rendimento. **Movimento**, Ano VI, n.12, p.XIV-XXIV, 2000.

BRANDÃO, C.R.; BORGES, M.C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESPE, 2008

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CAPARROZ FE. **Entre a educação física na escola e a educação física da escola: a educação física como componente curricular**. 3a ed. Campinas: Autores Associados; 2007.

DAMATTA R. O ofício de etnógrafo, ou como ter 'anthropological blues'. In: Nunes EO, (organizador). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método**. Rio de Janeiro: Zahar; 1978.

GONZÁLEZ, N.M.; PEDROSO, C.A.M. Esporte como conteúdo da Educação Física: a ação pedagógica do professor. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, n.15, v.166, 2012.

GORGATTI, M. G.; GORGATTI, T. O esporte para pessoas com deficiência. In: GORGATTI, M. G; COSTA, R. F. (Orgs.) **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. Barueri: 2ed. Manole, 2008.

HARDMAN K. Physical education within the school curriculum: a beautiful dream? In: Mester J. Sport sciences in Europe 1993: current and future perspectives. Aachen: Meyer & Meyer; 1994. p.544-60.

HYKAVEI JUNIOR, P. **A Educação Física Escolar nas APAEs Paranaenses: Diálogos, desafios e perspectivas**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2022.

KRAVCHYCHYN, C.; CARDOSO, S.M.V.; MORETTI, L.H.T.; OLIVEIRA, A.A.B. Educação Física Escolar Brasileira: Caminhos Percorridos e “Novas/Velhas” Perspectivas. **Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n. 1, p. 107-118, fev/2012.

MARINHO I. P. Raízes da educação física no Brasil: II parte. **Rev Bras Educ Fís Desportos**. n.28, p.16-30, 1975.

PARANÁ. SEED. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão**. Curitiba, 2009. Disponível em: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/toledo/ed_especial/legislacao/politica_estadual.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023

PARANÁ. SUEDE/SEED. **Resolução 3.600/2011**. Autoriza a alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial. 2011.

PARANÁ. **PARECER CEE/CEIF/CEMEP 07/14 de 07 mai. 2014**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/parecer_07_14.pdf. Acesso em 26 jun. 2021.

PARANÁ. SUEDE/SEED/DEEIN. **Informação nº 90/2015**. Dados estatísticos solicitados para a pesquisa de mestrado da professora Tiarles M. Piaia, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, PR, 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular doParaná: princípios, direitos e orientações**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018(a).Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Organização administrativa e pedagógica das escolas especializadas do Estado do Paraná**. Batista, Maria de Lourdes Arapongas et al. (org), Curitiba : SEED – Pr. – 200p. 2018 (b). Disponível:http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/organizacao_administrativa_pedagogica_escolas_especializadas.pdf Acesso em 19 jun 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referências pedagógicas para as escolas especializadas do Estado do Paraná**. BUENO, M et al (Orgs). Curitiba: SEED – Pr. 215 p. 2018 (c). Disponível:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/referencias_pedagogicas_escolas_especializadas_parana.pdf Acesso em 19 jun 2021.

PARANÁ. **PARECER CEE/Bicameral nº 128/18. 2018**(d)Disponível em:
http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Ementarios/2018/Ementario_novembro_Bicameral.pdf.Acesso em 26 jun. 2021.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

RODRIGUES, O. M. P. R. CAPELLINI, V. L. M. F. SANTOS, D. A. N. **Fundamentos históricos e conceituais da Educação Especial e inclusiva**: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade. Unesp:2017. Disponível em:
https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155246/1/unesp-nead_reei1_ee_d01_s03_texto02.pdf. Acesso em: 4 de dez. de 2022.

THOMAS, J. R. T.; NELSON, J. K.; SILVERMANN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

WINNICK. J.P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3 ed. Barueri - SP: Manole, 2004

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE NAS APAES DO PARANÁ: PERCURSO HISTÓRICO

RESUMO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi criada em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional. O presente capítulo tem por objetivo identificar o percurso histórico de consolidação das APAES como escolas especializadas no Estado do Paraná e a importância do esporte nesse processo. Trata-se uma pesquisa qualitativa, de características documental e histórica, referente ao percurso de consolidação das APAES no Brasil e no Estado do Paraná – neste caso, como uma rede de escolas especializadas –, bem como a importância do esporte nesse processo e contexto. Para sistematização da pesquisa, consultou-se: Legislação pertinente; resoluções, instruções e informações; e ainda os Documentos curriculares relacionados à Educação Física na educação especial. A integração dessas escolas ao sistema estadual de ensino do Paraná pode ser considerada uma grande vitória e um exemplo a ser seguido por outras unidades da Federação. Ao fim deste, conclui-se que há uma valorização gradativa das pessoas com deficiência na sociedade, em especial as que se encontram em idade escolar. E quando associamos o esporte na Educação Física este desenvolve papel fundamental no processo de inclusão social dos alunos com diferentes deficiências, compondo o rol de conteúdos trabalhados em todas as etapas de ensino previstas. No Paraná, observa-se o privilégio da aprendizagem e prática esportiva na escola, ambiente universalmente reconhecido como de formação e pertencimento.

PALAVRAS-CHAVE: Apae. Educação Especial. Educação Física.

ABSTRACT

The Parents and Friends of the Exceptional Association (APAE) was created in 1954, in Rio de Janeiro. It is characterized as a social organization, whose main objective is to promote comprehensive care for people with intellectual and multiple disabilities. The APAE Network stands out for its pioneering and capillarity, being present in over 2,000 municipalities throughout the country. The present chapter aims to identify the historical path of consolidation of APAES as specialized schools in the State of Paraná and the importance of sport in this process. This is a qualitative research, of documental and historical characteristics, referring to the path of consolidation of APAES in Brazil and in the state of Paraná - in this case, as a network of specialized schools - as well as the importance of sport in this process and context. To systematize the research, we looked at: pertinent legislation; resolutions, instructions, and information; and also the Curricular Documents related

to Physical Education in special education. The integration of these schools into the state education system in Paraná can be considered a great victory and an example to be followed by other states in the Federation. At the end of this, it can be concluded that there is a gradual valorization of people with disabilities in society, especially those who are in school age. And when we associate sport in Physical Education, it plays a key role in the process of social inclusion of students with different disabilities, making up the list of contents worked on in all stages of education. In Paraná, it is observed the privilege of learning and practicing sports at school, an environment universally recognized as a training and belonging environment.

KEYWORDS: Apae. Special education. Physical Education.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil vem buscando, por meio de leis, documentos internacionais e políticas voltadas à inclusão, o “reparo” ao atendimento a pessoas ou estudantes com deficiência, que viveram excluídos da sociedade por muito tempo (RODRIGUES; LIMA, 2017). Desde a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que estabelece a educação como “[...] direito de todos e dever do Estado e da família” (art. 205), e o princípio da “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art. 206, I), termos como “deficiência”, “deficiente”, “portador de deficiência” e “portador de necessidades especiais” foram sendo empregados em políticas públicas (ARANHA, 2005). Desta forma, a denominação a ser considerada é “pessoa com deficiência”. Relacionados à educação, são utilizados os termos “alunos” ou “estudantes” com deficiência (MARIUSSI; GISI; EYNG, 2016).

Porém, décadas antes desse movimento de reconhecimento e inclusão efetiva das pessoas e, especificamente, dos estudantes com deficiência em políticas públicas, os anos de 1950 marcam o surgimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), um movimento que se espalhou gradativamente pelo Brasil, a fim de oferecer suporte às famílias, inicialmente, dar atendimento assistencial médico-terapêutico às pessoas com deficiência, mas já esboçando atendimentos na linha educacional (HYKAVEI JÚNIOR, 2022).

Esse movimento pioneiro surgiu a partir de dois diplomatas norte-americanos a serviço de seu país no Brasil, Beatrice e George Bemis, que, em 1954, no Rio de Janeiro, não encontraram nenhuma entidade de acolhimento para um filho com a síndrome de Down. O casal, então, engajou grupos de pais e familiares para a criação da APAE, em 11 de dezembro daquele ano. Com os atendimentos iniciados,

rapidamente, sedes da entidade foram implementadas nas capitais e, posteriormente, no interior do país, tornando-se, assim, o maior movimento filantrópico do Brasil e do Mundo (FENAPAES, 2019).

Até a década de 1970, a educação dessas pessoas era baseada principalmente nas funções de cuidado. Já na década de 1980, houve uma forte interiorização com a abertura de diversas unidades da APAE. Na década de 1990, após força-tarefa para ampliar o atendimento a esse público, diferentes formas de atendimento foram implementadas, com o intuito de, paulatinamente, reduzir o foco do assistencialismo e maximizar o caráter educacional das APAEs (FENAPAES, 2019).

Somente no dia 06 de outubro do ano de 1962 – quase oito anos após a fundação da APAE – foi inaugurada a primeira sede da entidade no Paraná, na cidade de Curitiba. (KUPCZYK, 2016). Até os dias atuais, a APAE de Curitiba se mantém como a maior do Estado, em espaço físico e número de pessoas atendidas. A partir de então, e ao longo dos anos subsequentes, as APAEs do Paraná e do Brasil se consolidaram como centros especializados de atendimento educacional.

Em 2008, com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPI (BRASIL, 2008), as escolas especiais foram orientadas a reorganizarem seus atendimentos, passando de caráter substitutivo de escolarização para complementar ou suplementar em centros de atendimento educacional especializado (ROSSETO; PIAIA, 2015). Com tal orientação, de maneira organizada, a FEAPAES/PR buscou forças políticas para manter funcionando as escolas especiais, junto à Secretaria Estadual de Educação (SEED) e ao Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN), da mesma Secretaria. Após esse movimento, foi publicado o documento orientador próprio para o Estado: Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (PARANÁ, 2009).

A partir de 2010, em conjunto a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), a (FEAPAES-PR) e suas coirmãs, a Federação Estadual das Instituições de Reabilitação (FEBIEX) e a Associação Pestalozzi, começaram a organizar um documento para encaminhar ao Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE), para que as escolas especiais fossem reconhecidas legalmente como “Escolas de Educação Básica, Modalidade de Educação Especial” e, dessa forma, autorizadas a ofertar os anos iniciais do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos - EJA fase I. Esse processo se aprimorou em 2014, com novo parecer do CEE, desta

vez com ajustes necessários, adequações a legislação vigente, e buscando superar uma lacuna na temporalidade e finalidade da educação especial (ROSSETO; PIAIA, 2015).

Em 2018, com a efetividade da BNCC (BRASIL, 2018), as habilidades da Educação Física para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais foram organizadas em dois blocos: 1º e 2º anos (1º Ciclo) e 3º ao 5º ano (2º ciclo). Dessa forma, todas as unidades escolares do País precisaram se organizar e implantar tais habilidades e conteúdos.

É nesse processo de reformulação curricular que surge o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, documento que orienta a reorganização curricular das instituições escolares do Paraná, fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (PARANÁ, 2018a). Na educação especial, foi necessário realizar ajustes e flexibilização dos conteúdos. Sendo assim, elaborou-se um referencial pedagógico para as escolas de educação básica na modalidade da educação especial. Para a Educação Física, em específico, é possível identificar apenas a seleção de conteúdos em cada um dos ciclos, mas ainda não são definidos a progressão das habilidades e conteúdos no contexto dessas escolas (PARANÁ, 2018c).

É importante ressaltar o papel do esporte nestas instituições, pois durante todo o percurso e trajetória escolar dos alunos com diferentes deficiências, muito se associa às habilidades e capacidades que podem ser estimuladas e trabalhadas nas aulas de Educação Física.

Assim, o presente artigo tem por objetivo identificar o percurso histórico de consolidação das APAES como escolas especializadas no Estado do Paraná e a importância do esporte nesse processo.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de características documental e histórica, referente ao percurso de consolidação das APAES no Brasil e no estado do Paraná – neste caso, como uma rede de escolas especializadas –, bem como a importância do esporte nesse processo e contexto.

A pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (OLIVEIRA, 2007). Já a característica histórica do estudo advém da necessidade de compreensão do

passado produzido pelo homem ou por sua interferência, a partir de análises de fontes diversas (BARROS, 2012).

Para sistematização da pesquisa, consultamos: a) Legislação: Constituição Federal (BRASIL, 1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996); Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (PARANÁ, 2009); Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014); b) Resoluções/Instruções/Informações: Resolução Nº 3600/2011 GS/SEED (PARANÁ, 2011); Informação nº 90/2015, SUED/SEED/DEEIN (PARANÁ, 2015); c) Pareceres: Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14 (PARANÁ, 2014); Parecer CEE/Bicameral nº 128/18 (PARANÁ, 2018d); d) Documentos curriculares: Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018); Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações (PARANÁ, 2018a); Organização administrativa e pedagógica das escolas especializadas do Estado do Paraná, (PARANÁ, 2018b); Referencial pedagógico para as escolas de educação básica na modalidade da educação especial (PARANÁ, 2018c).

A APAE NO BRASIL E NO PARANÁ

Prestes a completar sete décadas no Brasil, a APAE caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios, em todo o território nacional (FENAPAES, 2019).

Segundo Bezerra (2020), o surgimento da APAE, em sua essência, foi uma combinação de fatores, dentre eles: os anseios e a união dos pais e amigos de excepcionais – termo utilizado na época –, englobando ainda pessoas que não necessariamente tivessem formação especializada na área, e a presença dos mais diversos profissionais como médicos, professores, psicólogos, ligados aos campos da habilitação, reabilitação, assistência e saúde.

Com o passar dos anos, as APAEs¹ espalharam-se por todo País, o que levou à necessidade de se pensar em uma maior articulação formal entre elas (BEZERRA, 2020).

¹A referência no plural remete à rede de sedes da APAE, que atualmente possui uma organização nacional, centralizada na Federação Nacional das APAES (FENAPAES).

Após a Primeira Reunião Nacional de Dirigentes Apaeanos, ocorrida na cidade de São Paulo, foi constituída a Federação Nacional das APAEs, com funções executivas (APAE, 1963). Assim, alavancou-se a criação de diversas APAEs. Com essa expansão, convencionou-se a tratá-la como o "Movimento Apaeano" (APAE BRASIL, 2015).

O processo de criação e difusão das APAEs pelo território Brasileiro e a criação da Federação demonstram a capacidade de organização político-institucional dessas instituições e capilaridade destas junto à sociedade civil, pois, no cenário atual. Segundo Lopes e Marquezine (2012), as APAEs se tornaram as maiores prestadoras de serviço educacional e de inclusão social da pessoa com deficiência em todo o País.

Nesse sentido, ressaltando a consolidação da vertente educacional, Hykavei Júnior (2022) afirma que nas escolas especiais mantidas pela APAE, a vertente predominante é do atendimento pedagógico, atualmente plenamente dissociados dos atendimentos meramente assistencialistas de outrora. Para o autor, são oferecidos a esses estudantes vivências e oportunidades que fazem parte do cotidiano, respeitando suas especificidades.

A oferta de estrutura física adequada e de equipe técnica e profissional especializada na educação especial encontra certo contraponto diante da perspectiva de inclusão de pessoas com deficiência com a inserção destas no ambiente escolar comum (APAE BRASIL, 2015). A exemplo disso, tem-se o Plano Nacional da Educação (PNE), Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), na qual prevê em uma de suas metas: "[...] universalizar o ensino para a população de 04 a 17 anos com deficiências múltiplas e/ou intelectuais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino".

A referida meta gerou divergências em todo território nacional, levando a Federação Nacional das APAES (FENAPAES) a buscar meios de articulação em estados e municípios para a manutenção da escolarização nas escolas especiais, porém, entendendo que a inclusão escolar deva acontecer, quando possível e de forma gradativa, seguindo uma organização que envolve mudanças e planejamento, preparando as escolas para receber devidamente os estudantes, não apenas com recursos apropriados e de acessibilidade física, mas também com ações para a preparação dos outros alunos, professores e a comunidade escolar (APAE BRASIL, 2015).

Conforme evidenciado, a APAE desempenha um importante serviço à sociedade brasileira. O percurso histórico desde sua criação demonstra a preocupação de aproximação e efetivação da educação escolar.

A perspectiva da inclusão no ensino regular obviamente é legítima e faz parte dos objetivos da própria instituição, porém, precisa ser necessariamente permeada pelo estabelecimento de critérios técnicos e educacionais balizados pela ciência e experiências de sucesso, como a da APAE, com a participação da família no processo decisório.

Nesse sentido, passamos a abordar a educação especial na educação básica do Paraná, que mantém a perspectiva da inclusão e a rede de escolas de educação especial como opção criteriosa de ensino a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Estado.

AS ESCOLAS ESPECIAIS NO PARANÁ

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) (BRASIL, 1996) deu-se a opção para a família escolher a melhor escola para seus filhos, utilizando o termo “preferencialmente” para alunos com deficiência nas escolas comuns. Esse movimento, liderado principalmente por pais e familiares de estudantes com deficiências, fez com que escolas especializadas conseguissem se manter e se estruturar. Dessa forma,

[...] alinhado aos movimentos sociais que defendiam a opção de escolha dos pais, o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação procurou defender e garantir em sua política pública o atendimento a este segmento educacional a oferta do ensino na rede pública de ensino, mas também em escolas especializadas conveniadas com o Estado, convênio este que garante a cedência de profissionais da área educacional às escolas conveniadas (ZAMPRONI; BATISTA; LIMA, 2015, p.2-3).

A opção do Estado do Paraná foi baseada em dificuldades de permanência e no desenvolvimento dos alunos com deficiências nas escolas comuns, principalmente na questão da temporalidade e finalidade de cada ano escolar.

Com o passar dos anos, esse convênio e a parceria com o governo do Estado rendeu diversos ajustes e reorganização do trabalho pedagógico dessas escolas e, em consequência, da escolarização dos alunos com deficiências. Portanto, no Paraná, com a Resolução nº 3600/2011 GS/SEED (PARANÁ, 2011), as escolas especiais são reconhecidas legalmente como “Escolas de Educação Básica,

Modalidade de Educação Especial”, autorizadas a ofertar a Educação Infantil, os anos iniciais do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos - EJA fase I.

Apesar da mudança de nomenclatura das escolas especiais, o seu público alvo não se alterou. Nelas estão matriculados alunos com deficiência intelectual e múltipla, transtornos globais do desenvolvimento com *déficits* significativos, tanto no funcionamento intelectual como nas relações sociais e de saúde.

No ano de 2014, a fim de promover ajustes necessários, adequações à legislação vigente, bem como buscando superar uma lacuna na temporalidade e finalidade da educação especial, novamente, o Conselho Estadual de Educação emitiu o Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14, (PARANÁ, 2014) aprovando o novo modo organizacional apresentado pelo DEEIN/SEED. Dessa forma,

[...] legalmente constituída e amparada na legislação vigente, a Escola de Educação Básica, na modalidade Educação Especial, busca atender aos educandos que, pelas suas especificidades, demandam, além das adaptações institucionais e flexibilização das condições de oferta, atenção individualizada nas atividades escolares, apoio à autonomia e socialização, por meio de recursos específicos, suporte intensivo e continuado, bem como metodologias e adaptações significativas que a escola precisa ofertar, a fim de tornar-se efetivamente inclusiva (ZAMPRONI; BATISTA; LIMA, 2015, p. 4-5).

De acordo com a Organização administrativa e pedagógica das escolas especializadas do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018b), são considerados como público alvo os estudantes com diagnóstico de deficiência intelectual, associada ou não a outras deficiências ou transtornos, e com *déficits* significativos, tanto no funcionamento intelectual como nas relações sociais e de saúde, que demandam do contexto escolar práticas pedagógicas que possibilitem apoios contínuos e/ou pervasivos.

Nesse modelo, segundo a Organização administrativa e pedagógica das escolas especializadas do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018b), a escolarização acontece sob as seguintes divisões:

- Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, onde são atendidas crianças de zero a cinco anos com atraso no desenvolvimento biopsicossocial, considerando as teorias do desenvolvimento integradas às áreas do conhecimento. Subdivide-se em: a) Estimulação Essencial, para crianças de

zero a três anos; b) Educação Pré-Escolar, para crianças de quatro e cinco anos (Figura 2).

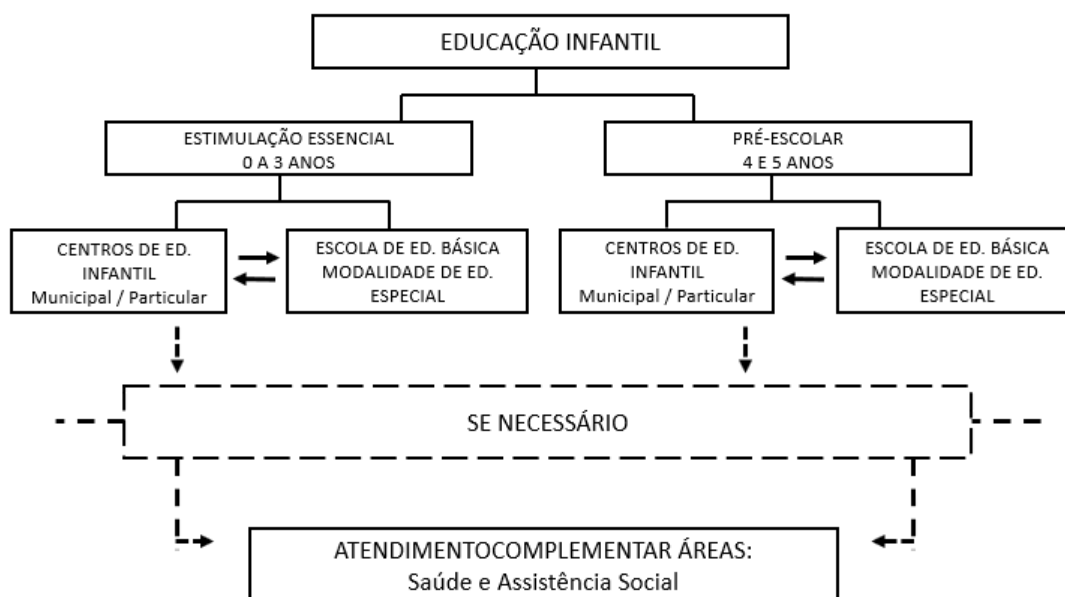


Figura 2: Organização da Educação Infantil.

Fonte: Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14(PARANÁ, 2014).

- Ensino Fundamental, a segunda etapa da educação básica, onde se dá o enfoque à alfabetização. Nesta escola, o aluno tem a possibilidade de se aventurar no mundo da leitura e escrita por um período mais prolongado, pois o Ensino Fundamental está organizado em um Ciclo Contínuo com duração de dez anos, sendo que o primeiro ano é composto de quatro etapas e o segundo ano de seis etapas. Estes ciclos equivalem, respectivamente, ao 1.º e 2.º anos do Ensino Fundamental, sendo que o 1.º ciclo está subdividido em quatro etapas, com duração de quatro anos letivos, ou seja, um ano letivo para cada etapa. O 2.º ciclo subdividido em seis etapas, com duração de seis anos letivos, ou seja, um ano letivo para cada etapa.

No decorrer do processo ensino e aprendizagem, aqueles estudantes que apresentarem condições acadêmicas, cognitivas e sociais para frequentarem a escola comum, serão transferidos da Escola de Educação Básica, na modalidade Educação Especial, para uma Escola da rede comum de ensino (PARANÁ, 2018b) (Figura 3).

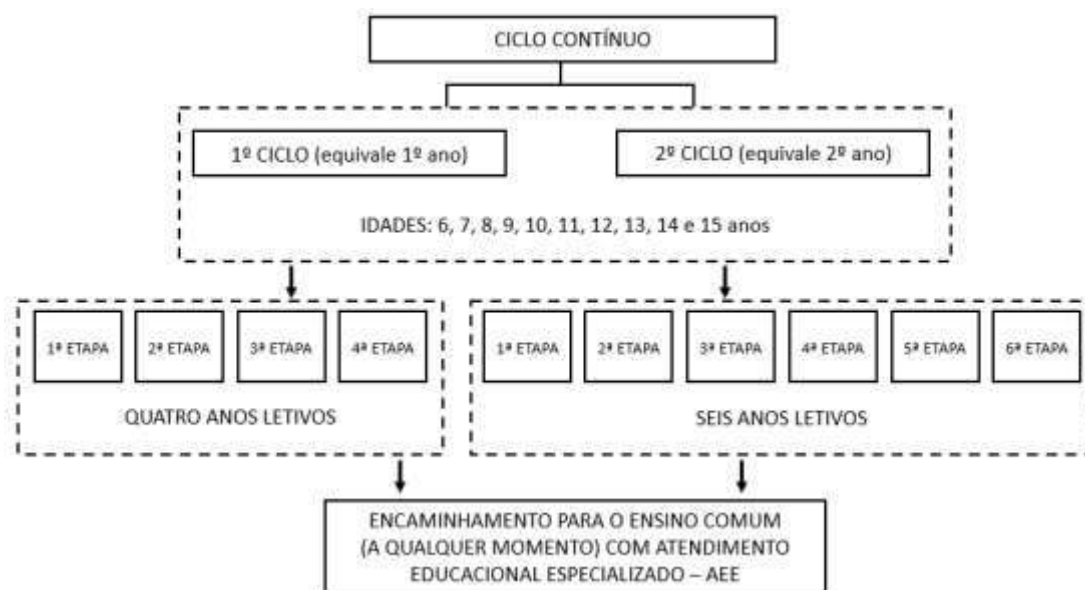


Figura 3: Organização do Ensino Fundamental.

Fonte: DEE/SEED(PARANÁ, 2018d).

- Ao completar 15 anos de idade, se o aluno ainda não apresenta condições acadêmicas de migrar para o ensino comum, poderá continuar os estudos na Educação de Jovens e Adultos-EJA/Fase I (1º ao 5º ano), integrada à Educação Profissional-Formação Inicial, visando sua inserção no mundo do trabalho (Figura 4).

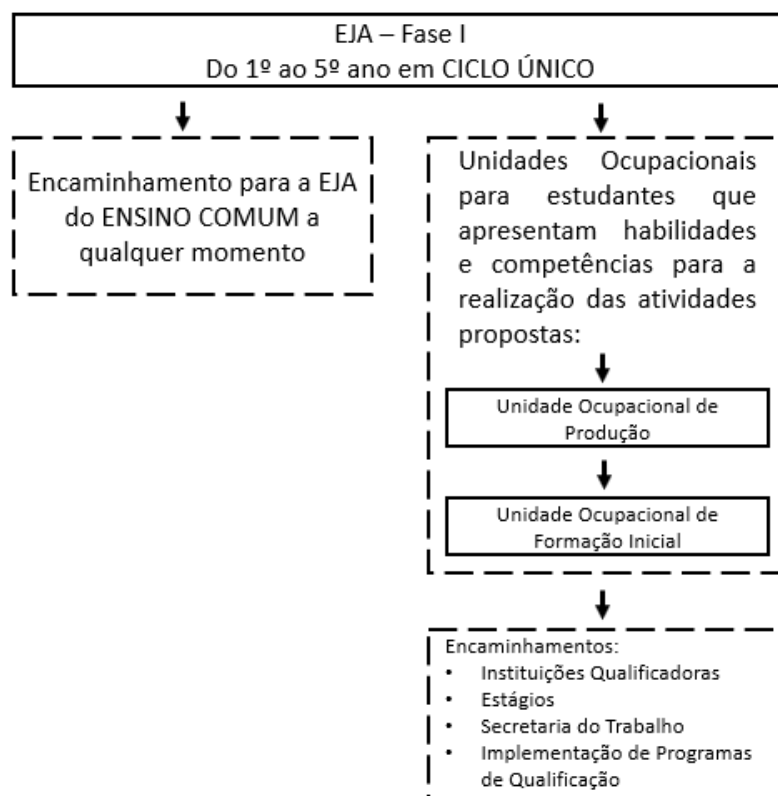


Figura 4: Organização Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Fonte: DEE/SEED (PARANÁ, 2018d).

Dessa forma, a proposta descrita no Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14 (PARANÁ, 2014) e Parecer CEE/Bicameral nº 128/18 (PARANÁ, 2018d):

“[...] é única no cenário educacional brasileiro com organização diferenciada da Escola Regular, pois foi elaborada para atender às especificidades dos estudantes com deficiência intelectual, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento” (PARANÁ, 2018d, p.6).

Conforme definido na LDBEN (BRASIL, 1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil (BRASIL, 2018).

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018).

Assim, a BNCC (BRASIL, 2018) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o PNE.

Ainda em 2018, buscando alinhar à BNCC (BRASIL, 2018), foi elaborado em conjunto com diferentes segmentos representativos, o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, documento que orienta a reorganização curricular das instituições escolares do Paraná, fundamentado na BNCC (PARANÁ, 2018a).

Por fim, no mesmo ano, a SEED, em parceria com a FEAPAES-PR, elaborou o documento “Referências pedagógicas para as escolas especializadas do Estado do Paraná”, no qual apresenta os objetivos de aprendizagem como uma sugestão curricular a ser seguida pelas Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial, amparada pelo Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14 (PARANÁ, 2014) e pelo Parecer CEE/ BICAMERAL nº 128/18 (PARANÁ, 2018d), nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos – Fase I (PARANÁ, 2018c).

Esse documento oferece ao professor um referencial sequencial de conteúdos para cada etapa de ensino, na perspectiva da Educação Especial. Na Educação Infantil, os eixos norteadores apontam que os conteúdos sejam estimuladores de experiências significativas de aprendizagens permeadas pelo lúdico, a socialização, o desenvolvimento neuropsicomotor e intelectual, possibilitando uma evolução global de cada criança.

Na etapa do Ensino Fundamental, o documento está centrado na alfabetização, ou seja, no mundo da leitura, escrita e cálculos matemáticos, sem, contudo, abandonar a estimulação das áreas do desenvolvimento (cognitiva, psicomotora e sócio afetiva) e as atividades lúdicas e de socialização, para que a integralidade do estudante seja respeitada, bem como seu direito de ser criança, como orientam os documento legais vigentes, considerando o tempo e ritmo próprios de cada estudante público-alvo da Educação Especial.

Ao completar 15 (quinze) anos, concluído ou não o Ensino Fundamental, o estudante dará continuidade ao processo de escolarização na Educação de Jovens e Adultos – Fase I. Essa oferta corresponde do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (ciclo único), os conteúdos curriculares a serem trabalhados deverão estar de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais, as normativas propostas na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, acrescidos dos conteúdos das Unidades Ocupacionais e estimulação das áreas cognitivas, psicomotora e socioafetiva, descritos no Projeto Político-Pedagógico de cada Instituição de Ensino.

Em levantamento realizado, com base na Informação nº 90/2015, SUED/SEED/DEEIN (PARANÁ, 2015), Piaia, Rosseto e Almeida (2018, p. 11) destacam que:

[...]das 398 Escolas de Educação Básica na Modalidade Educação Especial conveniadas com a SEED, 342 possuem como mantenedora as APAEs. Equivale a cerca de 85% das escolas conveniadas. Esse dado evidencia a notória importância da referida associação no Estado do Paraná quanto ao atendimento ao alunado da Educação Especial e à continuidade dos serviços por ela prestados.

Desta forma, o Estado do Paraná, adotando essa política educacional, mantém essas escolas com o seu caráter substitutivo de escolarização. Uma postura única de valorização das APAEs e às instituições coirmãs em relação às demais Unidades Federativas do País.

A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS CONTEÚDOS ESPORTIVOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A BNCC aponta a Educação Física como tema de prática corporal, e as inúmeras formas de codificação e significação social (BRASIL, 2018) sugerem que a utilização dos conteúdos esportivos na Educação Física deve ser pensada desde as manifestações formais até as diversificadas.

De acordo com a BNCC, o esporte:

[...] caracteriza-se por ser orientado pela comparação de um determinado desempenho entre indivíduos ou grupos (adversários), regido por um conjunto de regras formais, institucionalizadas por organizações (associações, federações e confederações esportivas), as quais definem as normas de disputa e promovem o desenvolvimento das modalidades em todos os níveis de competição (BRASIL, 2018, p.213).

Tubino (2002) classifica o esporte a partir de três manifestações: esporte-educação, esporte-participação e o esporte-performance. A primeira manifestação tem como meta o caráter formativo; a finalidade da segunda manifestação é o bem estar e participação do praticante; e a terceira manifestação objetiva o rendimento dentro de uma obediência rígida às regras e aos códigos existentes para cada modalidade esportiva.

Conforme Paes (2002) e Tubino (2002), a utilização do esporte no ambiente formal de ensino, em específico nas aulas de Educação Física, tem como objetivo a formação do cidadão para atuação direta na sociedade em que pertence. Contudo, atingir tal objetivo é uma tarefa claramente mais árdua para pessoas com deficiência e para os professores de Educação Física que atuam em escolas especiais, tendo o esporte adaptado como conteúdo imprescindível.

É comum a sociedade associar a pessoa com deficiência à falta de produtividade, ou seja, o fracasso é facilmente apontado e o sucesso é pouco percebido e quando percebido é atribuído com mérito, não sendo valorizado o esforço depositado para tal proeza. O esporte adaptado ocupa/desempenha um papel importante na sociedade, porque ele combate este tipo de preconceito e estereótipo em torno das pessoas com deficiência (HEIL, 2008, p. 32)

Existem duas linhas na Educação Física quando se trata de pessoas com deficiência: a Educação Física Adaptada (EFA) e a Educação Física Inclusiva (EFI). Vale ressaltar que ambas têm objetivos iguais de desenvolvimento dos estudantes, mas diferem na maneira de fazê-lo. Na EFA, os estudantes com deficiência praticam

atividades físicas separadamente dos colegas, já na EFI todos participam das mesmas atividades propostas.

Assim, a EFA pode ser conceituada como:

[...] uma área da Educação Física escolar onde o desenvolvimento de jogos, brincadeiras, danças e esportes são adaptados às necessidades dos alunos deficientes, visando superar a exclusão que comumente ocorre nas aulas ou tendo por objetivo atingir uma participação satisfatória de todos os alunos (WINNICK, 2004, p.10).

Já a EFI tem preconizado outro significado de corpo. Nas atividades, prevalece uma Educação Física mais coletiva, ficando as ações individuais em um segundo plano. Nesta perspectiva, o corpo deixa de ter um entendimento focado na dimensão biológica, passando-se a valorizar as possibilidades de movimento e a convivência social. Sob essa lógica, os objetivos pedagógicos das aulas de Educação Física são estabelecidos a partir das possibilidades de cada discente. Os professores, normalmente acostumados a trabalhos individualistas, são chamados, neste contexto, a se interrogarem sobre suas prioridades de educadores e sobre os meios que privilegiam (FERREIRA, 2014).

A Educação Física nas escolas de educação básica, na modalidade da educação especial, é apresentada nas Referências Pedagógicas para as Escolas Especializadas do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018c), com a disposição dos conteúdos e habilidades. Porém, tais referências não contêm uma progressão didática, ocasionando dificuldades em se estabelecer os conteúdos a serem abordados em cada uma das etapas apresentadas, bem como um distanciamento do que é aprendido em cada etapa, nas diferentes escolas desta modalidade. O Quadro 2 ilustra a proposta.

Quadro 2 – Disposição dos conteúdos da Educação Física – 1º ao 5º ano.

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO		
	1º CICLO 1ª a 4ª etapa	2º CICLO 1ª a 6ª etapa	EJA – Etapa única
	1º ano	2º ano	1º ao 5º ano
Brincadeiras e Jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	Brincadeiras e jogos populares e tradicionais do Brasil

Esportes	Jogos Esportivos de Precisão	Jogos Esportivos de Marca	Jogos Esportivos de Campo e Taco
			Jogos Esportivos de Rede/Parede
Ginásticas	Ginástica geral e Reconhecimento do corpo	Ginástica geral e Reconhecimento do corpo	Ginástica geral
Danças	Brincadeiras de roda e Cantigas de roda	Brincadeiras de roda e Cantigas de roda	Danças do Brasil e Matrizes Culturais
Lutas			Jogos de Lutas
Práticas corporais de Aventura			Jogos de Aventura

Fonte: Referências Pedagógicas para as Escolas Especializadas do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018c, p. 155 a 160; 208 a 211).

Na BNCC, a Educação Física é organizada por ciclos. Essa classificação se dá porque, segundo Barroso (2017), na elaboração da Base não se buscou hierarquizar as dimensões desde as dos conhecimentos disciplinares ou do ordenamento de prioridade do trabalho pedagógico, sendo que cada uma das dimensões exige diferentes abordagens e graus de complexidade de acordo com o ciclo. Essa opção se deu pela possibilidade de aumentar a flexibilidade na delimitação dos currículos e a adequação às realidades locais. Além disso, a Educação Física não tem tradição na organização do que deve ser ensinado ao longo dos anos escolares (BARROSO, 2017).

Mesmo sabendo que na BNCC a Educação Física é organizada em ciclos, é importante ressaltar a importância da sistematização dos conteúdos, pois:

[...] além de auxiliar os professores a organizar melhor as aulas que ministram e terem seus objetivos traçados, contribui também, para um aprendizado mais organizado e aprofundado, por se tratar de uma proposta onde o professor terá que discutir não apenas os aspectos técnicos de uma determinada modalidade, mas sim tornar seus alunos pessoas mais conscientes quanto aos conteúdos aprendidos. Oferecendo-lhes leituras, curiosidades, propostas de vivências de acordo com a faixa etária e de forma igualitária a todos os seus alunos. Fazendo com que os conteúdos possam ser inseridos de forma adequada ao entendimento das crianças, possibilitando aos alunos uma formação integral, característica da cultura corporal de movimento, tanto motora quanto intelectual ao se depararem com os diversos saberes proporcionados pela Educação Física (ALVES, 2011, p.2-3).

Diante do exposto, o Quadro 3 contempla a organização proposta.

Quadro 3 – Disposição dos conteúdos da Educação Física – 1º ao 5º ano.

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
	1º e 2º Ano	3º, 4º e 5º Ano
Brincadeiras e Jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo
		Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana
Esportes	Esportes de marca Esportes de precisão	Esportes de campo e taco
		Esportes de rede/parede.
		Esportes de invasão
Ginásticas	Ginástica geral	Ginástica geral
Danças	Danças do contexto comunitário e regional	Danças do Brasil e do mundo
		Danças de matriz indígena e africana
Lutas		Lutas do contexto comunitário e regional
		Lutas de matriz indígena e africana

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018, p. 225-231).

A Educação Física sempre se mostrou como importante aliada na escolarização de alunos com deficiência. Ao trabalhar com os conteúdos da Educação Física Escolar, os esportes, em especial, se destacam dentro das práticas pedagógicas realizadas pelos professores de Educação Física das escolas especializadas, que possuem eventos culminantes próprios em vários níveis (interno, municipal, regional e até nacional), além de outros eventos extracurriculares promovidos por órgãos governamentais. Nesse contexto, a escolha de um esporte depende das oportunidades oferecidas, da condição econômica para a escolha de determinado esporte, da aptidão física ou da falta de condição econômica, das condições físicas e intelectuais do próprio aluno, tendo em vista o grau de sua deficiência (VERÍSSIMO, 2006).

Sendo assim, ao relacionarmos o processo de ensino e aprendizagem às especificidades das escolas na modalidade de Educação Especial, a presença do professor de Educação Física se justifica para que possa identificar as necessidades e capacidades do aluno com deficiência, procurando atender às possibilidades e adaptações para o movimento, visando facilitar a independência, autonomia e a inserção no processo de inclusão sócio-escolar (FREITAS; CIDADE, 1997).

Quando os professores “sabem” o que trabalhar – e para tanto há necessidade de formação especializada e continuada –, é dado um importante e fundamental passo. Assim, deve-se levar em conta que o desenvolvimento humano é uma

construção progressiva e dinâmica, influenciada por fatores orgânicos e por fatores sociais. Todo esse dinamismo do desenvolvimento implica em transformações contínuas que ocorrem através da interação dos indivíduos entre si e com o meio em que vivem, estendendo-se por toda a vida (FENAPAES, 2001). Nesse sentido, Gorgatti e Costa (2008) defendem que os professores de Educação Física que atuam no universo da EFA assumam um papel transformador, com competência específica da área, sendo atores vivos que constroem, mantêm e alteram significados sobre a área, sobre si próprios e sobre as atividades pelas quais respondem.

Os conteúdos esportivos, mencionados e elencados nos documentos de referência para as escolas especializadas, remetem a uma generalização das práticas corporais, fato que pode levar os professores a realizarem atividades simples, sem maiores preocupações didáticas e pedagógicas do ensino das habilidades dos esportes. Faz-se necessário, pois, discutir e problematizar sobre o ensino do esporte nas Escolas de Educação Básica, Modalidade de Educação Especial.

ATIVIDADES ESPORTIVAS CURRICULARES E EXTRACURRICULARES EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA – MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

As atividades curriculares desenvolvidas nas aulas de Educação Física nas Escolas especializadas seguem os conteúdos dispostos nos documentos norteadores mencionados no quadro 2 acima.

As atividades extracurriculares estão presentes em todas as modalidades de ensino. No âmbito escolar, um estudo realizado por Lettnin (2005) descreveu, entre outras coisas, que todas as atividades extracurriculares trazem resultados relacionados à promoção da saúde, formação integral dos alunos e maior vínculo com a escola e, dessa forma, trazem razões e significados para o desenvolvimento de atividades extracurriculares.

Silva (2009) relata que a escola é um ambiente privilegiado de encontro de pessoas onde as manifestações humanas devem ser apreciadas, buscando-se uma verdadeira inclusão social de toda a comunidade escolar, através dessa poderosa máquina cultural: o esporte. Assim, não é exagero a relação estabelecida entre Educação Física e esporte no imaginário social, e com ela a ideia de competição (SILVA, 2009; SANCHEZ; RUBIO, 2011).

Contudo, de forma geral, o caminho do primeiro contato com o esporte institucionalizado – que ocorre geralmente nas aulas de Educação Física (ROSÁRIO;

DARIDO, 2005) – até a prática competitiva extracurricular pode ser muito longo, caso o objetivo único seja o esporte de alto rendimento (TUBINO, 2010). Em relação à educação especial, não é difícil imaginar o aumento de complexidade desse processo.

Segundo Tubino (2010), o esporte educacional contempla a participação de crianças e adolescentes dentro e fora da escola, devendo ser referenciado nos princípios de inclusão, participação, cooperação, coeducação e corresponsabilidade; já o esporte escolar é praticado por jovens com algum talento para a prática esportiva e, embora compreenda competições entre escolas, não prescinde de formação para a cidadania, estando referenciado nos princípios do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo. São duas vertentes importantes quando abordamos o ensino e prática de esportes na educação especial.

Na vertente do esporte educacional, no caso das APAEs, atividades extracurriculares como festivais internos, jogos e olimpíadas regionais são eventos culminantes importantes no calendário estudantil. Respectivamente, são eventos realizados como fechamento de unidades de ensino, envolvendo a comunidade da escola e as famílias dos estudantes e, para aqueles que reúnem condições, de competições representando sua escola e seu município, com vistas à – em ordem de importância – participação, inclusão e resultados.

Na vertente do esporte escolar, nas escolas especiais ocorrem diversos eventos extracurriculares. O mais tradicional é a Olimpíada das APAEs, que ocorre a cada três anos, com etapas regionais e estaduais, culminando na etapa nacional. Esse evento denota um trabalho significativo na iniciação esportiva de um grande número de estudantes com deficiência intelectual no esporte.

Levando-se em conta as características de educação especial, é necessário ressaltar que não se trata de uma subserviência da Educação Física escolar ao esporte de alto rendimento, conforme alertava Bracht (2000), confrontando as vertentes esportivas escolares, mas de uma ação de estímulo à prática esportiva que tem início nas aulas de Educação Física da educação especial.

Leitão (2002, p.1) lembra que muitas pessoas com deficiência intelectual ainda “[...] são inativas por falta de estímulos socioculturais e, algumas vezes, ainda são subestimadas, principalmente com relação à prática de esportes”. O autor ressalta, ainda, que as olimpíadas especiais têm por objetivo:

“[...] dar oportunidades de participação a todos, mesmo para as pessoas com maior comprometimento motor. Além disso, procura

valorizar o que cada um consegue realizar, pois suas provas são divididas por níveis equitativos de habilidades” (LEITÃO, 2002, p. 96).

Algumas considerações são necessárias, no sentido de abordar o papel do esporte nas APAEs. Segundo Silva (2009), a pedagogia da competição precisa compreender o valor da humanização das relações interpessoais em detrimento da escravização do resultado, buscando compensar as relações entre prática e resultado, do valor sociocultural da competição esportiva.

Sendo assim, é preciso manter o foco pedagógico da atividade em competições escolares. No âmbito da educação especial, a aplicação desse conceito e de ações educativas, nesse sentido, tem fundamental importância.

Os preceitos apresentados por Silva (2009) são especialmente pertinentes ao pensarmos na inclusão social de estudantes com deficiência por meio do esporte.

Os objetivos e funções da competição esportiva que defendemos devem estar bem claros, devem ser pautados na participação de todos, possibilitando momentos de cooperação, de vivências, de socialização, de enriquecimento corporal. Essa atividade esportiva apresenta uma possibilidade de inclusão social não somente dos alunos envolvidos diretamente na competição, mas também para toda a equipe pedagógica da escola (SILVA, 2009, p.17).

Silva (2009) diz que a partir do momento em que o esporte e a competição ganham métodos pedagógicos, alteram-se seus significados. O que falta ao esporte desenvolvido na escola é um tratamento pedagógico comprometido com a educabilidade do sujeito e não somente visando competições externas, mas sim, desafios pessoais e coletivos a serem vencidos. Segundo a autora, o esporte ensinado durante as aulas de Educação Física e nas competições escolares sob metodologias pedagógicas pode facilitar as variadas aprendizagens, bem como favorecer a inclusão social dos estudantes. Portanto, o ensino e a prática do esporte no contexto da educação especial representam um desafio aos professores de Educação Física.

De acordo com Reverdito (2008), sob a perspectiva educacional, as competições geralmente marcam um significado de conagração, de relação social complexa entre as pessoas, que não se encerram no próprio jogo, mas desde a preparação do evento, passando por uma série de manifestações, de relações complexas, sociais e culturais, entre os alunos, por meio de participações ativas e motivadoras. Corroborando tal entendimento, Scaglia (2005) traz um alerta que,

aplicado à educação especial, ganha importância e ajuda a estabelecer objetivos exequíveis e significativos. Para o autor,

[...] faz-se necessário que a competição não seja vista sempre como um jogo de alguém contra alguém, mas sim no jogar com alguém e contra si próprio, como um marco de referência para uma autoavaliação. O objetivo da competição deve estar voltado também para autopercepção e busca de autoestima (SCAGLIA, 2005, p. 4).

Diante do exposto, é possível observar uma proximidade dos princípios supramencionados com o esporte preconizado no ambiente da educação especial e, em particular, nas APAEs do Paraná. A estrutura apresentada corrobora com o que apontam Rosário e Darido (2005), que o primeiro contato com o esporte institucionalizado ocorre geralmente nas aulas de Educação Física, para posterior prática extracurricular. Nessa prática, os preceitos do esporte escolar ou de sua subdivisão “esporte educacional” parecem estar sendo valorizados e praticados no contexto da educação especial.

CONCLUSÃO

O percurso histórico ora apresentado evidencia um processo de valorização gradativa das pessoas com deficiência na sociedade, em especial as que se encontram em idade escolar. Essa valorização se dá em virtude das constantes lutas em defesa dessas pessoas, bem como da mudança de paradigmas e do incansável trabalho realizado por diferentes associações e segmentos da sociedade em prol da pessoa com deficiência.

Surgida como rede de apoio às famílias com crianças e adolescentes com deficiência – outrora “protegidos” em casa dos riscos sociais e de interpretações errôneas sobre suas condições e possibilidades –, a APAE foi criada há quase sete décadas, com o propósito de oferecer um atendimento especializado às pessoas com deficiência. No início, esses atendimentos eram realizados apenas em grandes centros urbanos, e tinha um direcionamento voltado ao cuidado e ao assistencialismo, com pouca interação no campo pedagógico. Com o passar dos anos, e o crescente movimento para ampliar e difundir as APAEs por todas as regiões do Brasil, tornou essa entidade uma referência mundial no atendimento a pessoas com deficiências. E, gradativamente, esse atendimento passou a priorizar os aspectos educacionais.

No Paraná, após forte pressão política e de classe, as APAEs, de forma organizada, conseguiram manter suas escolas especiais – além de todos os outros atendimentos nas áreas de saúde e assistência social – que, a partir de 2011, passaram a denominar-se de “Escolas de Educação Básica, Modalidade de Educação Especial”, atuando na educação infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. A integração dessas escolas ao sistema estadual de ensino do Paraná – com prerrogativas iguais as das escolas comuns, como matrículas, sistema de avaliação, expedição de documentos escolares e outros – pode ser considerada uma grande vitória e um exemplo a ser seguido por outras unidades da Federação.

O esporte, praticado no componente curricular Educação Física, e como atividade extracurricular, desenvolve papel fundamental no processo de inclusão social dos alunos, compondo o rol de conteúdos que devem ser trabalhados em todas as etapas de ensino previstas. Os eventos culminantes são uma marca das APAEs, que possuem uma tradicional competição própria. Durante todo período escolar são oferecidas aos alunos atividades esportivas como: competições nos jogos escolares, eventos internos nas escolas, jogos regionais das APAEs e até mesmo Olimpíadas Estaduais. Esses eventos são organizados tanto pela SEED, como também pela própria FEAPAES, tendo sempre uma adesão altamente significativa.

O esporte assume, dessa forma, um importante papel na inclusão dessa população. No Paraná, observa-se o privilégio da aprendizagem e prática esportiva na escola, ambiente universalmente reconhecido como de formação e pertencimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.P. **A sistematização dos conteúdos de educação física: desafios e possibilidades**. Belém, PA, 2011.p.18. Link: https://paginas.uepa.br/ccbs/edfisica/files/2011.2/AMANDA_ALVES.pdf. Acesso em 26 jun. 2021.

APAE. Relatório da 1ª Reunião Nacional das Apaes, São Paulo, 8, 9 e 10 de novembro de 1962. **Mensagem da Apae**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 3-10, jan. 1963.

APAE BRASIL. Federação Nacional das APAES. **Inclusão da pessoa com Deficiência**.2015.

ARANHA, M.S.F. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: 2005. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BARROS, J.D. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, n.12, P. 129-159, mai/ago 2012.

BARROSO, A.L. **Por que Educação Física e Arte são organizadas de forma diferente na Base?** (2017). Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4910/por-que-educacao-fisica-e-arte-sao-organizadas-de-forma-diferente-na-base>. Acesso em 05 Set. 2022

BEZERRA, G.F.. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE):delineamento de uma gênese histórica. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 27, n. 1, jan./mar., 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/14728/7773>. Acesso em 23 Set. 2022

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESPE, 2008

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC, 2018.

BRACHT, V. Esporte na escola e esporte de rendimento. **Movimento**, Ano VI, n.12, p. XIV-XXIV, 2000.

FENAPAES. **Educação física, desporto e lazer** : proposta orientadora das ações educacionais. Coordenação geral: Ivanilde Maria Tibola.II Encontro Nacional dos Coordenadores de Educação Física. Brasília; 2001.

FENAPAES, **Documento norteador: Coordenadorias Técnicas da Federação Nacional das Apaes**. – Brasília: APAE Brasil, 2019

FERREIRA, E.L.; CATALDI, C.L. Implantação e implementação da Educação Física Inclusiva. **Revista Educação Especial**, n.27, n.48, p. 79–94, 2014. <https://doi.org/10.5902/1984686X7635>

FREITAS, P.; CIDADE, R. E. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus**. Uberlândia: Breda, 1997.

GORGATTI, M.G.; COSTA, R. F. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 2. ed. rev. e ampl Barueri, SP: Manole, 2008

HEIL, E. (2008). **A percepção de atletas com deficiência visual sobre o esporte**. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Edineia%20Benvenuti%20Heil.pdf>> Acesso em: 3 de dez. de 2022.

HYKAVEI JUNIOR, P. **A Educação Física Escolar nas APAEs Paranaenses: Diálogos, desafios e perspectivas**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2022.

KUPCZYK, M.C. **Histórico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Guaratuba**: de sua fundação aos dias atuais. 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/53917/R%20-%20E%20-%20MARIA%20CRISTINA%20KUPCZYK.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 24 Set. 2022.

LEITÃO, M.T.K. **Perspectivas de atuação profissional**: um estudo de caso das Olimpíadas Especiais I [tese]. Campinas, SP (Brasil): Universidade Estadual de Campinas; 2002.

LETTNIN, C.C. **Esporte escolar**: razão e significados. 2005. Dissertação (Mestrado) Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2005

LOPES, E.; MARQUEZINE, Maria Cristina. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. **Rev. bras. educ. espec.** vol.18. Marília jul./set. 2012.

MARIUSSI, M.I.; GISI, M.L.; EYNG, A.M. A Escola como Espaço para Efetivação dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 3, p. 443-454, Jul.-Set., 2016.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PAES, R.R. **A pedagogia do esporte e os jogos coletivos**. In: ROSE JR., D. de; et al. **Esporte e Atividade Física na Infância e na Adolescência**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p.89-98.

PARANÁ. SEED. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão**. Curitiba, 2009. Disponível em: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/toledo/ed_especial/legislacao/politica_estadual.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023

PARANÁ. SUEDE/SEED. **Resolução 3.600/2011**. Autoriza a alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial. 2011.

PARANÁ. **PARECER CEE/CEIF/CEMEP 07/14 de 07 mai. 2014**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/parecer_07_14.pdf. Acesso em 26 jun. 2021.

PARANÁ. SUEDE/SEED/DEEIN. **Informação nº 90/2015**. Dados estatísticos solicitados para a pesquisa de mestrado da professora Tiarles M. Piaia, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, PR, 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular doParaná: princípios, direitos e orientações**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018(a).Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Organização administrativa e pedagógica das escolas especializadas do Estado do Paraná**. Batista, Maria de Lourdes Araongas et al. (org), Curitiba : SEED – Pr. – 200p. 2018 (b). Disponível:http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/organizacao_administrativa_pedagogica_escolas_especializadas.pdf Acesso em 19 jun 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referências pedagógicas para as escolas especializadas do Estado do Paraná**. BUENO, M et al (Orgs). Curitiba: SEED – Pr. 215 p. 2018 (c). Disponível: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/referencias_pedagogicas_escolas_especializadas_parana.pdf Acesso em 19 jun 2021.

PARANÁ. **PARECER CEE/Bicameral nº 128/18. 2018** (d)Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Ementarios/2018/Ementario_novembro_Bicameral.pdf.Acesso em 26 jun. 2021.

PIAIA, T.M.; ROSSETTO, E.; ALMEIDA, L.F.G. de. Escola de educação básica na modalidade educação especial: o estado do Paraná (School of basic education special education mode: the Paraná State, Brazil). **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 516–529, 2018. DOI: 10.14244/198271992209. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2209>. Acesso em: 13 mar. 2023.

REVERDITO, R.S.; SCAGLIA, A.J.; SILVA, S.A.D.; GOMES, T.M.R; PESUTO, C.L.; BACCARELLI, W. Competições escolares: reflexão e ação em pedagogia do esporte para fazer a diferença na escola. **Pensar a prática**. v. 11, n. 1, 2008, disponível em <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/1207/3279>. Acesso em 13 mar. 2023.

RODRIGUES, A.P.N.; LIMA, C.A. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. **Territórios**, Caruaru, v.3, n.5, 2017.

ROSÁRIO, L.F.R.; DARIDO, S.C. A sistematização dos conteúdos da educação física na escola: a perspectiva dos professores experientes. **Motriz**, Rio Claro, v.11 n.3 p.167-178, set./dez. 2005

ROSSETTO E.; PIAIA, T.M. A escola de educação básica na modalidade de educação especial no estado do Paraná. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), Vol.1, n.2, p. 98-109, Jul./dez. 2015

SANCHEZ, S. M.; RUBIO, K. A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 825-842, dez. 2011.

SCAGLIA, A.J. **Jogo**: um sistema complexo. In: FREIRE, J. B.; VENÂNCIO, S. **O jogo dentro e fora da escola**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 37-69.

SILVA, S.A. **As competições esportivas na escola como fator pedagógico de inclusão social**. 2009. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1563-8.pdf>. Acesso em outubro de 2022.

TUBINO, M. J. G. Uma Visão Paradigmática das Perspectivas do Esporte para o Início do Século XXI. In: GEBARA, A. [et al]; MOREIRA, W. W. (Org.). **Educação física & esportes**: Perspectivas para o século XXI. 9ª edição. Campinas: Papirus, 2002, p.125- 139.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre esporte**: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem, 2010.

VERÍSSIMO, A. W. **Atletismo Paraolímpico**: Manual de orientação para professores de educação física. Rosicler Ravache. Cômite Paralímpico Brasileiro – CPB. Brasília/DF, 2006.

WINNICK, J.P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3 ed. Barueri - SP:

ZAMPRONI, E.C.B.; BATISTA, M.L.A.; LIMA, H. **Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial – A opção do Paraná**. Curitiba: Educere, 2015. Disponível em http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2016/anexo1_ed_especial_sp2016.pdf. Acesso em 26 jun de 2021.

CAPÍTULO 3

PERFIL IDENTITÁRIO DE PROFESSORES E O ENSINO DO ESPORTE NAS APAEs DA REGIÃO DE PARANAVAÍ-PR

RESUMO

A construção identitária na docência é permeada por exemplos e experiências que levam à escolha do curso de formação. Na Educação Física se constitui em um espaço de discussão e apropriação de saberes e vivências esportivas, formados a partir da coletividade. Este capítulo tem como objetivo verificar o perfil identitário de professores de Educação Física da educação especial e sua relação com as dificuldades e potencialidades em planejar e ministrar conteúdos esportivos. Trata-se de uma pesquisa de campo com abordagem do tipo descritiva, com aplicação de questionário composto por sete questões sobre a temática abordada, sendo três fechadas (sobre sexo, idade e tempo de docência) e quatro fechadas com possibilidade de complementação ou justificativa de resposta. As informações oriundas das alternativas oferecidas foram analisadas por meio de estatística descritiva simples (frequência e percentual). Já os dados textuais, originando dados qualitativos, foram analisados por meio de categorização, sob as indicações da Bardin (2011). A pesquisa foi realizada com 16 professores de Educação Física das Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, mantidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), do Conselho Regional de Paranavaí. Os resultados encontrados mostram que o perfil dos professores de Educação Física que atuam na educação especial fica próximo ao encontrado com outras etapas e modalidades da educação básica. No item formação, todos os professores possuem a especialização na área de atuação. Encontramos alguns motivos de escolhas docentes, como: oportunidades de trabalho, identificação e proximidade com a modalidade de ensino, e, por fim, as experiências já vivenciadas na educação especial. Com base nas análises realizadas, ao ministrar os conteúdos esportivos na Educação Física especial, as principais dificuldades se relacionam com as diferentes necessidades dos alunos – várias deficiências na mesma turma – e quais metodologias e estratégias utilizar para atingir todos os alunos, além de questões de infraestrutura. Por fim, para que essas dificuldades sejam sanadas é necessário que todas as partes envolvidas, professores, alunos, família, escolas e governo trabalhem de maneira conjunta, traçando metas e objetivos a curto, médio e longo prazo, em busca de uma educação de qualidade para todos, respeitando, inclusive, as necessidades educativas especiais dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte. Inclusão Social. Educação Física.

ABSTRACT

The identity construction in teaching is permeated by examples and experiences that lead to the choice of the course. In Physical Education, it is a space for discussion and appropriation of knowledge and sportive experiences, formed from the collectivity. This chapter aims to verify the identity profile of Physical Education teachers of special education and its relationship with the difficulties and potentialities in planning and teaching sport contents. This is a field research with a descriptive

approach, using a questionnaire consisting of seven questions on the theme addressed, three of which were closed (about gender, age and time teaching) and four closed questions with the possibility of complementation or justification of response. The information derived from the alternatives offered was analyzed using simple descriptive statistics (frequency and percentage). The textual data, originating qualitative data, were analyzed by means of categorization, under the indications of Bardin (2011). The research was carried out with 16 Physical Education teachers from Basic Education Schools in the Special Education modality, maintained by the Parents and Friends of the Exceptional Association (APAE) of the Paranavaí Regional Council. The results found show that the profile of Physical Education teachers who work in special education is close to that found in other stages and modalities of basic education. In the item education, all teachers have a specialization in their area of work. We found some reasons for the teachers' choices, such as: job opportunities, identification and proximity to the teaching modality, and, finally, the experiences already had in special education. Based on the analyses carried out, when teaching sports content in special Physical Education, the main difficulties are related to the different needs of the students - several disabilities in the same class - and which methodologies and strategies to use to reach all students, besides infrastructure issues. Finally, for these difficulties to be solved, it is necessary that all the parties involved - teachers, students, families, schools, and government - work together, setting goals and objectives for the short, medium, and long terms, in search of a quality education for all, respecting, also, the students' special educational needs.

KEYWORDS: Sport. Social inclusion. Physical education.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço que reflete as concepções e paradigmas da sociedade, influenciando e sendo influenciada pela cultura, pela ação docente e pelos constructos sociais que permeiam a formação humana (GADOTTI, 2003). Portanto, investigar o “ser professor” não se constitui em tarefa simples. A docência tem por especificidade “[...] ser um trabalho cujo objeto não é constituído de matéria inerte ou de símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação dos professores” (TARDIF; LESSARD, 2005, p. 35).

Para Nóvoa (1995), especialmente na profissão docente, existe uma impossibilidade de separação entre o “eu profissional” e o “eu pessoal”. Do contrário, certamente ocorreria uma insatisfação profissional. O autor ressalta, ainda, possíveis diferenças entre o que o professor gostaria de ser (eu pessoal) e aquilo que as imposições e exigências ocorridas nas mudanças das últimas décadas têm espelhado no seu cotidiano de trabalho (eu profissional).

Nesse contexto, a construção identitária na docência é permeada por exemplos e experiências que levam à escolha do curso de formação. Pimenta e Anastasiou (2002) conceituam a formação inicial como um momento de incorporação de sentimentos e ações que influenciam o entendimento de ser professor, nomeadamente os valores internalizados pelos professores, o entendimento de como cada um constrói sua história, as posições docentes implicadas pelas visões de mundo, as representações da docência, os saberes, as expectativas e as frustrações.

No caso do professor de Educação Física, uma característica marcante na configuração de sua identidade diz respeito às experiências sociocorporais construídas no cotidiano dos espaços escolares e não escolares ao longo da vida (FIGUEIREDO, 2010). A incidência de mudanças identitárias começa a ocorrer ainda durante a formação inicial, quando os acadêmicos adquirem experiências e saberes normativos da formação docente. Essa transição se dá nos laços estabelecidos com as escolhas feitas na entrada e durante a carreira profissional (BORGES; DESBIENS, 2005).

As reflexões sobre o uso do corpo e do movimento no processo de identidade docente, especialmente para os professores de Educação Física, ainda são consideradas como componentes didáticos no processo de ensinar. A utilização da “fala corporal” é um comportamento internalizado pelos docentes como auxílio às ações do ensino (SOUZA NETO; BENITES; SILVA, 2010). Com isso, as aulas se constituem em um espaço de discussão e apropriação de saberes e vivências esportivas, constituídos a partir da coletividade e promovendo, por meio das ações pedagógicas participativas e inclusivas, a autonomia e responsabilidade dos envolvidos na experimentação e vivência prática das aulas.

Nas aulas de Educação Física, ações devem promover, por meio do esporte, os “princípios da participação, coeducação, cooperação, corresponsabilidade, inclusão”, possibilitando o acesso ao saber e aos conhecimentos das diversas potencialidades do sujeito (BRASIL, 1998). Uma prática emancipadora, buscando ensinar o esporte com a adoção de princípios que não privilegiem a comparação entre os alunos (SILVA, 2013).

E quando a “fala corporal” foge aos padrões da dita “normalidade”? Como planejar e ministrar conteúdos esportivos na educação especial? As referências oferecidas são suficientes? São desafios que se apresentam aos profissionais que atuam nas Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial.

Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo verificar o perfil identitário de professores de Educação Física da educação especial, e sua relação com as dificuldades e potencialidades em planejar e ministrar conteúdos esportivos.

MÉTODO

O estudo foi desenvolvido sob os pressupostos da pesquisa descritiva, tendo como finalidade determinar o *status*, as opiniões e, possivelmente, as projeções futuras nas respostas obtidas, sob a premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas podem ser melhoradas através de descrição e análise de observações objetivas e diretas (THOMAS; NELSON; SILVERMANN, 2019).

A pesquisa se deu junto a professores de Educação Física das Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, mantidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), do Conselho Regional de Paranaíba-PR, composta por 12 unidades, em diferentes cidades da região noroeste do Paraná. Os municípios atendidos apresentam-se coloridos, na Figura 5.



Figura 5 –Municípios da microrregião de Paranaíba-PR atendidos pela APAE.
Fonte: o autor.

De uma população de 19 professores atuantes nessas unidades, obtivemos, para este estudo, uma adesão voluntária de 16 participantes (84%). Os professores participantes responderam a um questionário composto por sete questões a respeito da temática abordada, sendo três fechadas (sobre sexo, idade e tempo de docência) e quatro fechadas com possibilidade de complementação ou justificativa de resposta.

Esse formato permitiu uma análise quali-quantitativa dos dados. As informações oriundas das alternativas oferecidas foram analisadas por meio de estatística descritiva simples (frequência e percentual). Já os dados textuais, originando dados qualitativos, foram analisados por meio de categorização, sob as indicações da Bardin (2011).

Os resultados estão apresentados em descrição textual e por meio de Figuras (gráficos), e discutidos à luz de estudiosos e pesquisadores sobre os assuntos abordados no estudo. Ainda, a identidade dos participantes foi preservada na apresentação de suas falas, mediante codificação (P1 a P16).

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá (COPEP/UEM) – CAAE 607.00622.1.0000.0104.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 16 professores de Educação Física participantes deste estudo, 11 são do sexo feminino (69%) e cinco são do sexo masculino (31%). Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP (BRASIL, 2021), com base no Censo Escolar 2021, as mulheres representam 96,4% dos professores na educação infantil, 88,1% nos anos iniciais do ensino fundamental e 66,8% em seus anos finais. Além de 57,8% do total de docentes no ensino médio.

Essa presença marcante de docentes do sexo feminino pode ser também identificada em estudos como os de Brito et al. (2014) e Amorim et al. (2016). São dados que apontam a prevalência da maioria das professoras as quais compõem o corpo docente do magistério nacional na educação básica.

No ambiente estudado, essa maioria é reiterada em Mendes (2010), ao ressaltar que essa predominância no número de mulheres fica mais evidente quando o foco recai na docência para pessoas com deficiência, contexto fortemente marcado pelo assistencialismo e pelas tarefas do cuidar – mais do que educar –, onde o lugar do estereótipo de gênero se destaca.

Nesse sentido, tradicionalmente, o trabalho dos professores na Educação Especial é relacionado à imagem de “cuidadores” (DAMETTO; ESQUINSANI, 2015), reforçando o imaginário social que determina o estereótipo feminino como o ideal para essa finalidade.

Quanto à idade dos professores, pode-se observar que seis (38%) possuem idade entre 40 a 49 anos de idade; cinco (31%) encontram-se na faixa etária de 30 a 39 anos; quatro (25%) possuem de 20 a 29 anos; e, por fim, um professor (6%) está na faixa etária de 60 anos ou mais.

No estudo realizado por Hirata, Oliveira e Mereb (2019), foi observado que a média de idade dos professores foi superior a 35 anos em todas as etapas de ensino, fato equivalente a este estudo. Quando relacionamos às escolas de Educação Básica na modalidade educação especial, que atua especificamente na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, esse mesmo estudo revelou que a média de idade dos professores da educação infantil foi de 41 anos nas redes públicas, e 36 anos na rede privada.

Nos dados do Censo Escolar 2020 (BRASIL, 2020), a distribuição das idades dos professores na Educação Infantil se concentra nas faixas de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos. Nos anos iniciais do ensino fundamental, as idades dos professores se invertem, de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos, respectivamente.

Ao investigarmos o tempo de docência e experiência na área, identificamos que oito professores (50%) estão em início de carreira, com 1 a 4 anos de atuação. Ainda, três professores (19%) possuem entre 5 e 9 anos de experiência na área; outros três (19%) possuem de 15 a 19 anos de experiência. Já entre os que possuem de 10 a 14 anos de experiência, estão dois professores (12%).

Huberman (1995), ao discorrer sobre o tempo de docência dos professores, propõe “ciclos” ou “estágios” da profissão, da seguinte forma:

- Primeiro ciclo: de início ou de exploração, correspondente aos três primeiros anos da profissão, onde acontece a confrontação inicial com a complexidade da situação profissional, além da descoberta, que se traduz por fazer parte de um corpo profissional, de assumir responsabilidades docentes;
- Segundo ciclo: de estabilização, que se inicia a partir do quarto ano de docência e dura de quatro a seis anos, no qual o docente escolhe ser professor e apresenta maior domínio e confiança no seu trabalho, repercutindo em liberdade e segurança;
- Terceiro ciclo: de diversificação: acontece por volta dos dez até os 25 anos de trabalho docente, e traz uma busca por novos desafios, numa necessidade de manter um entusiasmo pela profissão. Essa fase pode

perdurar por muitos anos, e pode gerar em alguns uma progressiva sensação de rotina, sem a ocorrência de uma atividade inovadora significativa.

Todos os professores participantes do questionário possuem nível superior, com curso de Licenciatura em Educação Física e pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Especial, o que demonstra o interesse dos docentes em atuar com segurança e responsabilidade nas escolas de educação especial.

Em sintonia com o perfil dos docentes participantes da pesquisa quanto à continuidade da formação, Hildebrandt-Stramann et al. (2021) ressaltam que, após o processo de formação inicial, na universidade, a principal tarefa do professor na escola é iniciar processos de aprendizagem, da compreensão e da educação para os alunos.

Para que o professor seja capaz de cumprir essa tarefa, ele adquire competências durante os estudos para transformar seu conhecimento científico da disciplina de forma que processos apropriados de aprendizagem, da compreensão e da educação possam ser aplicados junto aos alunos (HILDEBRANDT-STRAMANN et al., 2021, p.3).

Os dados demonstram que a formação dos professores está de acordo com o previsto na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a qual instrui que “[...] o professor, para trabalhar na educação especial, deve ter como base da sua formação inicial e continuada conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área” (BRASIL, 2008, p. 17).

Evidencia-se, pois, que o perfil identitário do professor sofre influências diversas, para além da formação e experiências docentes. Sendo assim, procuramos identificar os principais motivos da opção dos docentes de Educação Física participantes do estudo pela educação especial (Figura 6).

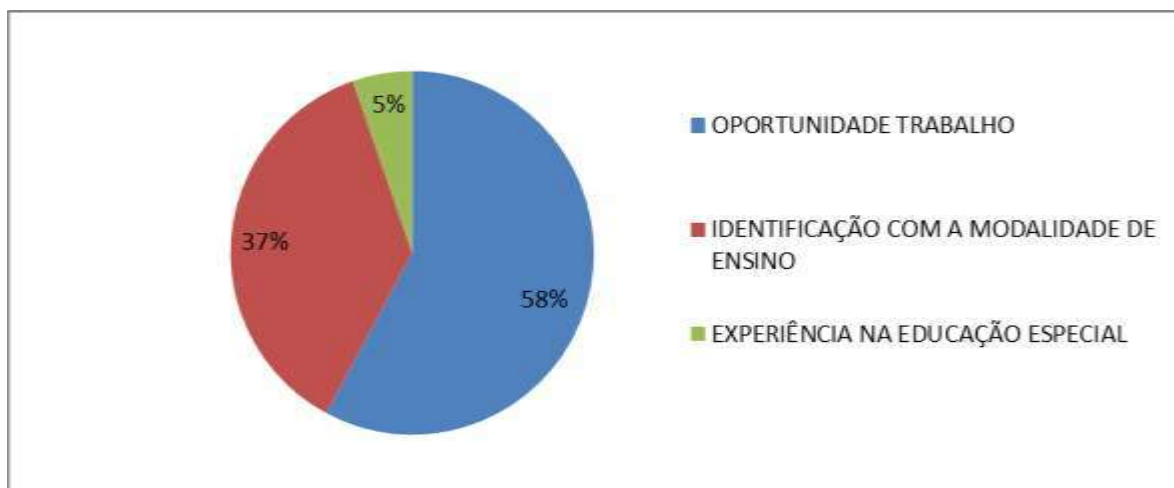


Figura 6 – Motivos dos professores para a atuação na Educação Especial.

Fonte: o autor.

Dentre os principais motivos que levaram os professores de Educação Física a ingressarem na educação especial, o primeiro está relacionado à oportunidade de trabalho, apontado por nove professores (58%). O segundo apontamento foi a identificação com a modalidade de ensino, por seis professores (37%). Por fim, um professor (5%) apontou a experiência vivida na educação especial foi o motivo principal de seu ingresso. Os participantes tiveram a opção de assinalar “outro” motivo e mencionar, o que não ocorreu.

Silva e Krug (2012, p.1031) afirmam que “[...] quando optamos por uma profissão, o que nos motiva a essa escolha são as identificações e os saberes que temos baseados nas nossas experiências e vivências e que fazem parte da nossa trajetória de vida”. Sob esse prisma, a identificação com a modalidade de ensino e vivências anteriores com a educação especial ficam evidenciadas como principais elementos motivadores para a escolha. Em contraponto, a maioria dos professores aponta como motivo a oportunidade de trabalho, evidenciando que opção pela educação especial não se deu prioritariamente pelas vivências anteriores e/ou pela identificação com a modalidade de ensino.

Dessa forma, a formação continuada assume papel fundamental no processo formativo, a fim de suprir a necessidade de imersão em um universo de ensino pouco explorado. Para Canen e Xavier (2011, p. 642),

[...] a formação continuada de professores possui um papel relevante, uma vez que preparar professores para refletirem e trabalharem com a diversidade cultural no contexto escolar significa abrir espaços que permitam a transformação da escola em um local em que as diferentes identidades são respeitadas e valorizadas, consideradas fatores enriquecedores da cidadania.

Dessa forma, é reiterada a indicação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) supracitada, de reforço dos conhecimentos adquiridos na formação inicial e indicação da formação continuada como meio de constante capacitação para a docência em escolas especiais.

A partir do exposto, a totalidade dos participantes parece estar em consonância com essa necessidade, haja vista a titulação de especialista na área obtida, demonstrando interesse na continuidade das ações de constante aprimoramento. Mesmo diante desse quadro, procuramos investigar as dificuldades e potencialidades dos professores em ministrar o componente curricular Educação Física na educação especial (Figura 7).

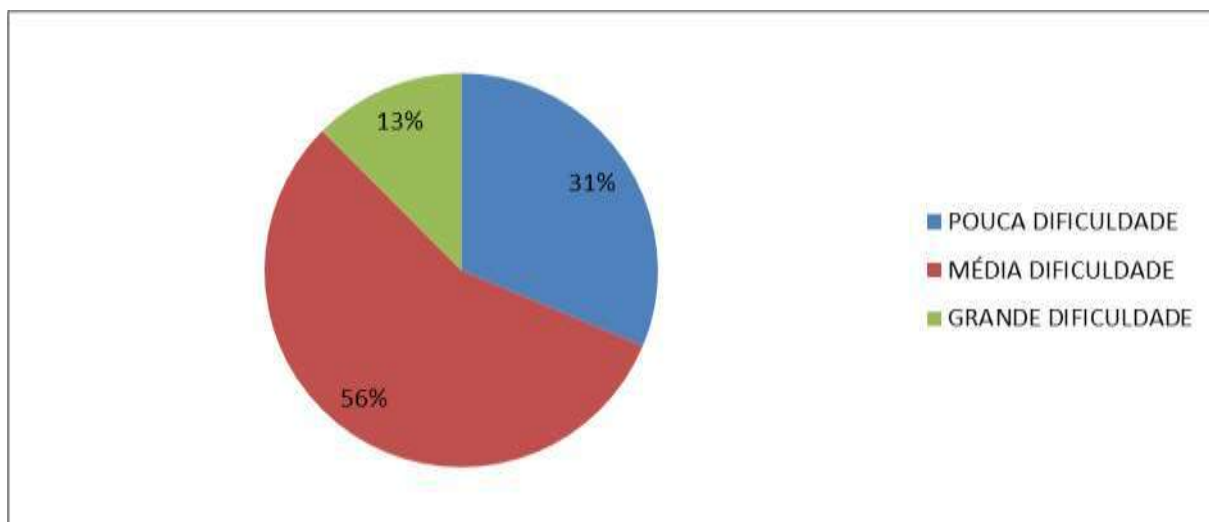


Figura 7 – Dificuldades em ministrar conteúdos esportivos na disciplina Educação Física, na Educação Especial.

Fonte: o autor.

Conforme demonstrado na Figura 8, a questão apresenta as opções “pouca dificuldade”, “média dificuldade” e “grande dificuldade”. Para todas as respostas possíveis foi oferecida a possibilidade de justificativa textual. Abaixo, a transcrição das justificativas apresentadas para as respostas.

Cinco professores (31%) identificaram poucas dificuldades. Nas justificativas, encontramos os seguintes posicionamentos:

[...] Essas poucas dificuldades encontradas estão limitadas às questões de materiais, pois existem muitas possibilidades de se trabalhar as capacidades físicas, mas para muitos alunos especiais

são necessário alguns materiais específicos, nem toda adaptação abrange determinada capacidade física com excelência (P1);[...] Encontramos muitos desafios na educação especial, tanto no trabalho com os alunos que, muitas vezes, precisamos de planos de aulas específicos para cada um diante da sua limitação, quanto na documentação que tem sido cada vez mais exigente (P3); “[...] com estratégias adequadas e abordagens baseadas em conhecimento científico fica tranquilo trabalhar com este público (P9); [...] Falta de materiais e infraestrutura adequada (P14).

Para nove professores (56%), as dificuldades são médias. Algumas falas de professores ilustram essa condição:

“[...]As dificuldades são variadas, pois cada aluno tem uma necessidade específica para desenvolver o que lhes foi exposto” (P6); [...] “Devido à escassez de metodologias e materiais didáticos voltados para a disciplina de Educação Física” (P9); “[...] Principalmente pela diversidade dos alunos, cada um apresentando suas diferentes limitações e características (P10).

Dois professores (13%) apontaram grandes dificuldades, emitindo as seguintes considerações:

“[...] A falta de uma Estrutura física para trabalhar determinadas atividades práticas e algumas modalidades esportivas. Porém, estamos atualmente com reforma na quadra para que os alunos tenham um local mais adequado para as aulas de Educação Física” (P2); [...] Devido às constantes mudanças, me sinto em dadas situações despreparada para melhor atender, administrar e atender os alunos (P5).

Como categorias destacadas nas falas, os relatos supracitados evidenciam dificuldades relacionadas às necessidades especiais individuais dos alunos, metodologia de ensino, planejamento e estrutura física e/ou recursos materiais.

Diante dos relatos apresentados, os alunos com deficiência apresentam condições e necessidades diferentes entre si. Ao elaborar atividades corporais, de movimentação e principalmente com habilidades motoras relacionadas aos esportes, o professor encontra dificuldade em estabelecer critérios envolvendo o mínimo a ser executado e as possibilidades para que todo seu grupo de alunos possa participar. É necessário, pois, um olhar individualizado, mesmo em atividades coletivas. Conforme alerta Silveira(2020, p.123),

[...]os métodos precisam ser repensados e modificados para que seja possível superar as barreiras sociais que atingem as unidades

temáticas, tornando-as mais inclusivas. Portanto, os professores precisam compreender a Educação Física a partir das necessidades de cada um de seus alunos.

Para Teixeira e Ferreira (2018), é evidente a maneira como o professor de Educação Física pensa e realiza diferentes metodologias diversificadas para driblar os obstáculos existentes na profissão. O objetivo desse movimento é sempre a participação efetiva dos alunos e sua formação, mesmo diante das dificuldades. Não obstante, especialmente na educação especial, as metodologias e estratégias empregadas devem buscar momentos de aprendizagem nos quais todos possam participar, respeitando as individualidades. Nesse sentido, é necessário que se trabalhe as diferenças corporais, oferecendo a oportunidade de resgatar, fortalecer e divulgar as potencialidades e habilidades dos alunos (FERREIRA; CATALDI, 2014).

Strapasson e Carniel (2007) evidenciam que se deve levar em consideração as características dos alunos nas dimensões cognitivas, corporais, afetivas, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social. Por esse motivo, uma mesma atividade aplicada ao coletivo de alunos da determinada turma pode não ser compatível com a limitação corporal ou intelectual dos alunos.

Em se tratando de modalidades esportivas, é de fundamental importância adaptar e modificar regras, materiais e locais para favorecer a participação de pessoas com deficiência nas diversas modalidades (CARDOSO, 2011). Quanto às dificuldades relativas à estrutura física e/ou recursos materiais, Damazio e Silva (2008) alertam sobre aquelas que envolvem desde as instalações até os materiais esportivos, e têm impacto significativo na condução do trabalho do professor. Com isso, para Nacif et al. (2016, p. 111), “[...] inclusão de alunos com deficiência é prevista em lei e manter boas estruturas físicas e pedagógicas na escola é um ponto fundamental para que o acesso possa acontecer”.

Os estudos de Canestraro (2008) e de Mazzarino, Falkenbach e Rissi (2011), na especificidade da educação especial, coletaram-se dados similares ao encontrado neste estudo.

“A necessidade de melhor equipar as escolas com material referente às aulas, bem como destinar especial atenção à manutenção das quadras esportivas e equipamentos. Tais recursos são na verdade elementos didáticos utilizados no ambiente de aprendizagem, com o intuito de estimular o aluno à participação ativa em sala de aula” (CANESTRARO, 2008, p.5).

Se organizados de forma adequada, os conteúdos trabalhados nas aulas de Educação Física possibilitam ao aluno com deficiência a compreensão de suas

limitações e capacidades, auxiliando na busca por um melhor desempenho nas atividades e, por consequência, promovendo sua autonomia e o desenvolvimento de sua consciência corporal (NACIF et al., 2016).

Considerando o ambiente estudado, acentua-se o cumprimento de preceitos básicos do planejamento docente, em todos os níveis (de ensino, de unidade, de aula), da necessidade de observação prévia das possibilidades cognitivas e motoras e dos recursos materiais disponíveis, com a devida flexibilidade e possibilidade de adaptações.

Os professores foram instigados a dimensionar também as potencialidades que vivenciam ao ministrar conteúdos esportivos na disciplina Educação Física (Figura 8).

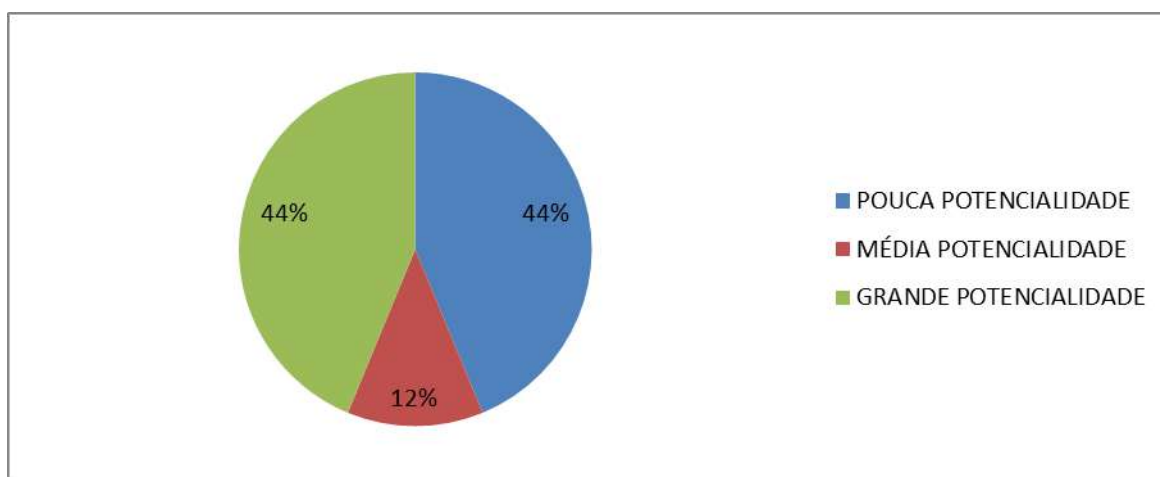


Figura 8: Potencialidades para ministrar conteúdos esportivos na disciplina Educação Física na Educação Especial.

Fonte: o autor.

Dois professores (12%) identificaram poucas potencialidades para ministrar conteúdos esportivos na disciplina Educação Física na Educação Especial, sob as seguintes justificativas:

[...] É possível trabalhar capacidades e habilidades físicas, mas dentro da limitação que a educação especial apresenta.(P14); [...] o esporte pode transmitir uma vivência de respeito, regras, cooperação entre outros aspectos da sociedade(P3).

Para sete professores (44%), tais potencialidades são médias. Os professores que assim apresentaram suas justificativas, se expressaram:

[...] Observamos as necessidades dos alunos principalmente na sua funcionalidade. Desenvolvemos atividades para melhorar sua qualidade de vida e aprendizagem dos conteúdos pedagógicos.(P4);

[...] buscamos estar sempre nos qualificando e proporcionando desenvolvimento integral do aluno, além de sempre buscar estar pensando na individualidade do aluno. (P7)

Para outros sete professores (44%), são grandes as potencialidades. Dois deles justificaram suas respostas da seguinte forma:

[...] Considera-se grande, por ter condições psicológicas para criar e planejar atividades correspondentes com cada situação(P10); [...] porque os alunos gostam e procuro sempre estar trabalhando os esportes, principalmente os coletivos com as turmas(P12).

Como categorias destacadas nas falas, foram selecionadas: especialização e condições psicológicas (em relação aos professores) questões atitudinais e qualidade de vida (em relação aos alunos). Algumas das falas dos docentes remetem à necessidade de conhecimentos específicos e especializados, que parecem instrumentalizá-los a uma prática eficaz no objetivo de ensinar o esporte.

Corroborando com essa evidência, os achados de Fiorini e Manzini (2016, p. 58) reiteram a necessidade de “[...] uma formação continuada que discuta sobre a seleção de conteúdos, as opções de jogos, as atividades e esportes para turmas regulares em que há alunos-alvo da Educação Especial”.

Questões atitudinais aparecem entre as potencialidades apresentadas. De fato, o esporte é uma ferramenta pedagógica imprescindível no ambiente escolar, de forma curricular e extracurricular. O jogar e o brincar desempenham influência fundamental em períodos de formação do caráter e da personalidade. Na escola, a prática esportiva se apresenta como mais uma opção para o trabalho dos valores sociais, morais e éticos (FLORENTINO, 2006).

Também, a qualidade de vida a ser proporcionada a partir do ensino do esporte nas aulas também foi mencionada. Nacif et al (2016) preocuparam-se com essa questão e investigaram junto aos alunos com deficiência seu entendimento sobre qualidade de vida. As atividades esportivas realizadas nas aulas de Educação Física e a interação com os colegas foram destacadas pelos alunos, e, diante disso, os autores relatam que, “[...] com relação às melhoras da qualidade de vida através da Educação Física Escolar, todos os alunos argumentaram a favor das aulas. Os aspectos principais mencionados foram interação social e desenvolvimento físico e psicológico” (NACIF et al., 2016, p. 117).

Dentre as falas surgiram, ainda, referência às questões psicológicas como condição para a criatividade e o planejamento adequado das aulas.

Lopes e Andrade (2015) pesquisaram a atuação docente na educação especial, concluindo que são comuns os acometimentos à saúde dos profissionais envolvidos nessa área. Os autores ressaltam que a prática profissional é fonte de estresse, sendo o trabalho na docência indicado como uma das práticas mais estressantes, condição essa potencializada na educação especial, que envolve redobrada atenção individualizada em relação à educação regular. Porém, em contrapartida, verificaram, no ambiente estudado, que “[...] 90% dos profissionais estão satisfeitos com o trabalho e que isso os motiva a superar as dificuldades relacionadas à prática da docência em educação especial” (LOPES; ANDRADE, 2015, p.1). Assim, mesmo com todas as potencialidades e dificuldades em ensinar esporte no ambiente da educação especial, alguns fatores são determinantes para atingir os objetivos traçados e proporcionar satisfação e realização profissional.

Por necessitar de diversas modificações e adaptações relacionadas a espaços e diferentes características das deficiências encontradas, aliadas a situações mínimas de estrutura, os professores correm o risco de desmotivação e/ou sobrecarga psicológica. Por outro lado, levando em conta aspectos como a diversificação de metodologias, fatores como aproximação das diferentes deficiências na mesma turma, condições de infraestrutura adequadas, materiais didáticos e pedagógicos suficientes às necessidades e utilização de metodologias e estratégias de ensino voltadas ao aluno contribuem para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido na educação especial, colocando em evidência o trabalho pedagógico.

CONCLUSÃO

Estudar e comparar dados relativos à identidade e prática docente encontra significância na medida em que confronta dados do percurso formativo com a realidade cotidiana.

Embora as Referências Pedagógicas para as Escolas Especializadas do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018) apresentem o esporte como uma sexta parte do rol de objetos de conhecimento, sua essência está presente em outros, como jogos, ginásticas, lutas e práticas corporais de aventura. E, por reconhecidamente se

constituir em forte meio de inclusão social, os conteúdos esportivos adquirem destaque nesta pesquisa.

Com o contexto escolar da educação especial em evidência, nota-se que a maioria dos professores participantes da pesquisa é do sexo feminino, dado constatado também em outras pesquisas realizadas no âmbito do ensino infantil e fundamental.

Além disso, o perfil dos professores de Educação Física que atuam na educação especial fica próximo do encontrado com outras etapas e modalidades da educação básica, tanto no quesito idade, quanto no tempo de atuação dos professores.

Assim como ressaltam autores e pesquisadores, para além da formação inicial, a preocupação com formação continuada dos professores foi verificada. Essa necessidade parece estar consolidada, a partir da verificação da formação dos professores no contexto estudado, cuja totalidade de docentes possui pós-graduação na área.

Muitos são os motivos e razões que levam as pessoas a buscarem a profissão de professor. A primeira delas diz respeito às oportunidades de trabalho; já a segunda, remete a uma identificação e proximidade com a modalidade de ensino, e, por fim, a terceira evidencia experiências já vivenciadas na educação especial.

A partir das pesquisas investigadas, nota-se que a Educação Física nas escolas é muito importante para o progresso dos alunos quanto ao desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo, ético, cultural e social, com aplicabilidade plena no cotidiano.

Com base nas análises realizadas, ao ministrar os conteúdos esportivos na Educação Física especial, as principais dificuldades se relacionam com as diferentes necessidades dos alunos, diante das várias deficiências, por vezes apresentadas em uma mesma turma, bem como relativas à infraestrutura e recursos materiais. Sendo assim, as categorias elencadas a partir das falas dos docentes evidenciam dificuldades relacionadas a necessidades especiais individuais dos alunos, metodologia de ensino, planejamento e estrutura física e/ou recursos materiais.

Já as potencialidades destacadas apresentam-se em relação ao conhecimento adquirido na formação, que permite uma atuação mais segura, com destaque à preparação psicológica para exercer a função docente (em contraponto ao risco apresentado nas dificuldades); às qualidades atitudinais proporcionadas

pelos conteúdos esportivos; ao prazer que os alunos sentem em aprender e praticar; e à potencial melhora da qualidade de vida dos estudantes.

Diante do exposto, o entrelaçamento do que foi projetado e o que foi efetivamente concretizado profissionalmente perpassa a formação e a prática profissional.

REFERÊNCIAS

AMORIM, G. C.; CAPELLINI, V. L. M. F.; ARAÚJO, R. C. T.. O atendimento educacional especializado na educação infantil: perspectiva do professor itinerante. **Revista Cocar**, Belém, v.10, n.19, p.140 a 165 – Jan./Jul. 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES, C., & DESBIENS, J. (2005). **Saber, formar e intervir para uma Educação Física em mudança**. Campinas: Autores Associados.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. **Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 mar.1998. Seção 1, p. 1-7. Disponível em: <Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9615-24-marco-1998-351240-publicacaooriginal-1-pl.html> >.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília/DF, 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar. 2020**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf Acesso em 15 de set. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar. 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>. Acesso em 15 de set. 2022.

BRITO, A. T. S; LUSTOSA, A. V. M. F.; FORTES, M. T. M. Perfil do professor do AEE que atua com alunos com autismo no município de Teresina. In: VI Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2014, São Carlos, SP. **Anais do VI Congresso Brasileiro de Educação Especial**. Campinas: Galoa, 2014. v. 1. p. 1-25.

CANESTRARO, J. de F.; ZULAI, L. C.; KOGUT, M. C. **Principais dificuldades que o professor de Educação Física enfrenta no processo ensino-aprendizagem do ensino fundamental e sua influência no trabalho escolar**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263579983_PRINCIPAIS_DIFICULDADES_QUE_O_PROFESSOR_DE_EDUCACAO_FISICA_ENFRENTA_NO_PROCES

SO_ENSINOAPRENDIZAGEM_DO_ENSINO_FUNDAMENTAL_E_SUA_INFLUENCIA_NO_TRABALHO_ESCOLAR/> Acesso em: 15 de mar de 2023.

CANEN, A.; XAVIER, G.P.M. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.48, set/dez. 2011.

CARDOSO, V. D.. (2011). A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Revista Brasileira De Ciências Do Esporte**, 33(Rev. Bras. Ciênc. Esporte, 2011 33(2)), 529–539.

DAMETTO, J; ESQUINSANI, R. S. S. Mãe, mulher... professora! Questões de gênero e trabalho docente na agenda educacional contemporânea. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 37, n. 2, p. 149-155, July-Dec., 2015

DAMAZIO, M. S.; SILVA, F. P. (2008). **O ensino da Educação Física e o espaço físico em questão**. Disponível em <www.revistas.ufg.br/index.php> Acesso em: 15 de abr de 2022

FERREIRA, E. L.; CATALDI, C. L. Implantação e implementação da Educação Física inclusiva. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 48, p. 79-94, jan./abr. 2014.

FIGUEIREDO, Z. C. (2010). Experiências profissionais, identidades e formação docente em Educação Física. **Revista Portuguesa de Educação**, 23(2), 153-171.

FIORINI, M. L. S., & MANZINI, E. J.. (2016). Dificuldades e Sucessos de Professores de Educação Física em Relação à Inclusão Escolar. **Revista Brasileira De Educação Especial**, 22(Rev. bras. educ. espec., 2016 22(1)), 49–64.

FLORENTINO, J. A. **Niklas Luhmann e a teoria social sistêmica: um ensaio sobre a possibilidade de sua contribuição às políticas sociais, exemplificada no fenômeno "rualização"**. 2006. 204f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre. 2006.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2003.

HILDEBRANDT-STRAMANN, R.; OLIVEIRA, A. A. B. de; HATJE, M.; PALMA, L. E. **A formação do professor de Educação Física: da didática das disciplinas ao conhecimento do ensino**. **Movimento**, [S. l.], v. 27, p. e27021, 2021. DOI: 10.22456/1982-8918.106849. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/106849>. Acesso em: 24 set. 2022.

HIRATA, G; OLIVEIRA, J. B. A. e; MEREB, T. de M. **Professores: quem são, onde trabalham, quanto ganham**. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 179-203, Mar. 2019.

HUBERMAN, M. (1995). **O ciclo de vida profissional dos professores**. In: A. Nóvoa (Org.), *Vidas de professores* (2ª ed.; pp.31-61). Portugal: Porto Editora.

LOPES, P.H.; ANDRADE, I.C.F. Professor de educação especial: relação entre satisfação profissional e estresse. **Revista Eletrônica de Educação**, v.1, n.1, p.01-18, 2015.

MAZZARINO, J. M.; FALKENBACH, A.; RISSI, S. Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na Educação Física. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v.33, n.1, p.87-102, 2011.

MENDES, E. G. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010, p.93-110.

NACIF, M.F.P; FIGUEIREDO, D.H.; NEVES, C.M.; MEIRELES, J.F.; FIGUEIREDO, D.H.; PEDRETTI, A.; PEDRETTI, A; FERREIRA, M.E.C. Educação Física Escolar: Percepções do Aluno com Deficiência. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 1, p. 111-124, Jan./Mar. 2016.

NOVOA, A. **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referências pedagógicas para as escolas especializadas do Estado do Paraná**. BUENO, M et al (Orgs). Curitiba: SEED – Pr. 215 p. 2018. Disponível: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/referencias_pedagogicas_escolas_especializadas_parana.pdf Acesso em 19 jun 2021.

PIMENTA, S. G., &ANASTASIOU, L. G. C. (2002). **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez.

SILVA, L. E. O sentido e significado sociológico de emancipação. **Revista e-Curriculum**, v. 3, n. 11, p. 751-765, 2013.

SILVA, A.R. da; KRUG, H.N. As trajetórias formativas de acadêmicos de Educação Física do curso de Licenciatura da UFSM: contribuições na constituição do ser professor. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v.7, n.4, p.1026-1052, dez. 2012.

SILVEIRA, A. A. T.**Educação física escolar inclusiva: olhares e saberes de um grupo de professores do ensino público do Natal/RN**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2020.

SOUZA NETO, S., BENITES, L. C., & SILVA, M. F. G. (2010). Da escola de ofício à profissão educação física: A constituição do habitus profissional de professor. **Motriz**, 16(4), 1033-1044.

TARDIF, M; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, F. C. F.; FERREIRA, H. S. A realidade dos professores de educação física no ensino fundamental I e II, em uma escola pública da sede do município de Massapê – CE. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p.

572–587, 2018. DOI: 10.22633/rpge.v22.n2.maio/ago.2018.10543. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10543>. Acesso em: 16 mar. 2023.

THOMAS, J. R. T.; NELSON, J. K.; SILVERMANN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

STRAPASSON, A. M; CARNIEL, F. A Educação Física na Educação Especial. **Revista Digital - Buenos Aires** - Ano 11 - N° 104 – Jan. 2007.

CAPÍTULO 4

PLANEJAMENTO DOCENTE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Um planejamento bem elaborado resulta numa série de vantagens que recompensam o tempo e a energia gastos na sua elaboração. Planejar não pode se resumir a uma tarefa administrativa ou burocrática. Algumas características são fundamentais no momento de planejar do professor: a própria personalidade e identidade enquanto professor, os alunos e a realidade social destes; e a metodologia adequada às características da disciplina ministrada. O objetivo deste estudo é construir, sob os preceitos do planejamento participativo e da pedagogia histórico-crítica, a unidade de ensino de esportes de marca, direcionada ao ambiente estudado. Como metodologia, utilizou-se da abordagem pesquisa participante, modalidade de pesquisa que é desenvolvida a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas, buscando os interesses da comunidade em sua própria análise. A pesquisa participante é um instrumento importante de trabalho para a geração de ideias e propostas possivelmente úteis e atuais (BRANDÃO; BORGES, 2007). Participaram da proposta de um planejamento participativo específico coordenado pelo pesquisador 11 professores de Educação Física das escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial (mantidas pelas APAE) do Conselho Regional de Paranavaí-PR. O processo de ensino e aprendizagem de conteúdos esportivos nas aulas de Educação Física da Educação Especial requer do docente uma dedicação ímpar ao processo de planejamento. Nesse sentido, o planejamento participativo apresenta a perspectiva de discussões e troca de experiências vividas no contexto escolar. Diante da escassez de estudos que abordam o planejamento na Educação Especial e, especificamente na Educação Física nesse contexto é que recomendamos a realização e publicação de mais pesquisas sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento. Educação Física. Esportes.

ABSTRACT

A well-designed plan results in a series of advantages that reward the time and energy spent on its elaboration. Planning cannot be reduced to an administrative or bureaucratic task. Some characteristics are fundamental when it comes to the teacher's planning: his or her own personality and identity as a teacher, the students and their social reality, and the appropriate methodology for the characteristics of the subject being taught. The objective of this study is to construct, under the precepts of participative planning and historical-critical pedagogy, the scoring sportsteaching unit, directed to the studied environment. As methodology, we used the participant research approach, a research modality that is developed from the interaction between researchers and members of the investigated situations, seeking the interests of the community in its own analysis. Participatory research is an important working tool for the generation of possibly useful and current ideas and proposals

(BRANDÃO; BORGES, 2007). Participated in the proposal of a specific participatory planning coordinated by the researcher 11 Physical Education teachers of Basic Education schools in the Special Education modality (maintained by APAEs) of the Paranaíba-PR Regional Council. The teaching and learning process of sport contents in Physical Education classes in Special Education requires from the teacher a unique dedication to the planning process. In this sense, participatory planning presents the perspective of discussions and exchange of experiences lived in the school environment. Given the lack of studies that address planning in Special Education, and specifically Physical Education in this context, we recommend that more research on the subject be conducted and published.

KEYWORDS: Planning. Physical education. Sports

INTRODUÇÃO

Planejar não pode se resumir a uma tarefa administrativa ou burocrática. Ao contrário, é uma ação que denota o comprometimento do docente com a missão de ensinar (OLIVEIRA et al, 2009).

Para Luckesi (2010, p.11), “[...] o ser humano age em função de construir resultados”. Contudo, especialmente no campo da educação, esses resultados não podem ser aleatórios. É necessário planejar com disciplina e método para se chegar ao objetivo desejado. Nesse sentido, o plano de trabalho docente é o espaço onde o professor define as ações, os meios para realizá-las, bem como as formas de avaliar se os resultados esperados foram atingidos em cada turma.

Moretto (2007) apresenta alguns componentes considerados fundamentais que o professor deve levar em conta no planejamento de atividades, tais como conhecer: a) a própria personalidade e identidade enquanto professor; b) seus alunos (características psicossociais e cognitivas) e a realidade social destes; c) a epistemologia e a metodologia adequada às características da disciplina ministrada.

Com isso, objetivo deste estudo é o planejamento da Educação Física escolar no ambiente Educação Especial, trazendo à centralidade o planejamento do ensino do conteúdo esporte, realizado em conjunto pelo pesquisador e professores atuantes na área. Como pilares dessa ação estão o planejamento participativo e a pedagogia histórico-crítica.

No campo de Educação Especial, questões ligadas ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas têm delegado aos professores a necessidade de entendimentos sobre o planejamento de sua ação didática no atendimento

educacional especializado (SANTOS, 2002). Outrossim, diante das especificidades e da complexidade desse campo de atuação, não só a formação para a docência, mas a troca de conhecimentos e experiências no momento do planejamento de ações pedagógicas sugerem a utilização dos preceitos do planejamento participativo.

Tais preceitos surgem de um espectro social mais amplo. No campo educacional – mesmo na complexidade da educação especial –, os planejamentos podem encontrar na racionalidade humana, a partir da seleção daquilo que “já deu certo”, um fator limitador. Para Gandim (2001, p. 83), ao planejar, a pessoa humana age sob uma estrutura básica que a leva “[...] a divisar o futuro, a analisar a realidade e a propor ações e atitudes para transformá-la”. Dessa forma, o autor ressalta o planejamento participativo como tendência dentro do campo de propostas de ferramentas para intervir na realidade e, na realidade escolar, situa essa tendência.

Não basta que os professores, isoladamente ou mesmo em conjunto, definam “como” e “com que” vão “passar” um conteúdo preestabelecido, dando, assim, um carácter de só administração ao trabalho escolar; é necessário que se organizem para definir que resultados pretendem buscar, não apenas em relação a seus alunos, mas no que diz respeito às realidades sociais, e, que, a partir disto realizem uma avaliação circunstanciada de sua prática e proponham práticas alternativas para ter influência na construção social (GANDIM, 2001, p. 87).

Já a pedagogia histórico-crítica estabelece o preceito da “[...] conversão do saber objetivo em saber escolar, de forma que se torne assimilável pelos alunos” (SAVIANI, 2003, p. 9). Gasparin (2005) apresenta à realidade escolar uma perspectiva de aplicabilidade da proposta evidenciada, ressaltando o uso efetivo, pelo aluno, do conteúdo trabalhado em aula, em função das necessidades sociais a que deve responder.

Para tanto, o autor sugere a seguinte organização didática: a) prática social inicial (o que alunos e professor já sabem); b) problematização (explicitação dos principais problemas da prática social); c) instrumentalização (ações didático-pedagógicas para a aprendizagem); d) catarse (expressão elaborada da nova forma de entender a prática social); e) prática social final (nova proposta de ação a partir do conteúdo aprendido e vivenciado).

Se de um lado cabe destacar que o planejamento escolar não implica necessariamente em seu cumprimento rígido, de outro, o constante afastamento do plano leva ao indicativo de que algo não foi levado em consideração no momento de

planejar, pois o próprio planejamento permite prever as dificuldades e possibilidades que podem surgir, mas, para isso, o professor deve partir do ato de conhecer o aluno, ter domínio de sua disciplina e conhecer as diretrizes de sua instituição de trabalho, podendo, assim, estabelecer objetivos, estratégias, metodologias e a forma de avaliar que nortearão sua prática pedagógica, mediante à clareza quanto ao tipo de sociedade, de educação e de homem que a instituição quer construir e formar. Dessa forma, o planejamento poderá ser flexível, mas a ação pedagógica não deve ser improvisada, pois ela evidencia a postura de comprometimento assumida pelo professor (OLIVEIRA et al., 2009).

O ambiente de aula exige do docente uma constante atitude reflexiva para criar e redirecionar ações sempre que surgirem imprevistos que despertam novos interesses e necessidades, exigindo do professor competências para agir e decidir. Para Perrenoud (2001, p. 16):

Na urgência e na incerteza, uma parte dos professores tem competências que lhes permitem agir sem saber, sem raciocinar e calcular tudo, mas que lhes dão uma certa eficácia na gestão das situações complexas. Tudo se resume a saber quais são essas competências.

O ensino do esporte no âmbito escolar é uma questão de presença constante nos debates sobre a Educação Física escolar, sobretudo desde o período crítico estabelecido a partir da década de 1980, que levou o modelo esportivista ou “tecnicista” ao centro das discussões, sendo posto em xeque (KRAVCHYCHYN et al, 2011). Em contraponto, o simples “rola-bola” passa a ocupar o espaço da crítica a partir de um desligamento do compromisso em ensinar a técnica esportiva (SOUZA JUNIOR; DARIDO, 2009).

A partir dessa situação, surgem propostas de ensino do esporte que contêm a técnica esportiva, mas valorizam a compreensão dos movimentos que realizam, a exemplo dos modelos *Teaching Games for Understanding* (TGfU), nos quais o aluno está no centro do processo de ensino e aprendizagem, e cujo desenvolvimento ocorre a partir de sua própria consciência tática; e do Modelo Desenvolvimentista (*Direct Instruction*), no qual o ensino das habilidades no contexto do jogo é ponto fundamental durante o ensino, citados por Kravchychyn e Costa (2019).

Nas perspectivas do esporte educacional e escolar, as possibilidades ocorrem no ambiente escolar, tanto direcionada à prática cotidiana e de lazer, quanto para competições escolares (TUBINO, 2010), o ensino do esporte ganha “nova vida”, tanto

em diretrizes educacionais quanto na literatura. Sob essa nova ótica, surgem classificações dos esportes, a fim de especificar suas características e auxiliar os professores no planejamento das aulas de Educação Física.

A classificação apresentada por González e Bracht (2012) permite uma leitura consistente da lógica interna dos esportes, sob a seguinte divisão: a) aqueles em que é necessário formar equipes para as disputas (esportes coletivos); e b) aqueles em que o jogador não pode contar com a colaboração de companheiros durante uma partida ou prova (esportes individuais). Como subdivisões, os autores apresentam:

- Esportes dentro do conjunto sem interação entre adversários: esportes de marca (por exemplo: atletismo, levantamento de peso, ciclismo), Esportes técnico-combinatórios (por exemplo, todas as modalidades de ginástica), Esportes de precisão (por exemplo, bocha, golfe, tiro com arco).
- Esportes dentro do conjunto com interação entre adversários: Esportes de combate (por exemplo, lutas em geral), Esportes de campo e taco (por exemplo, beisebol, softbol, críquete), Esportes com rede divisória ou parede de rebote (por exemplo, voleibol, peteca, badminton, squash), Esportes de invasão (por exemplo, basquetebol, handebol, futebol, futsal, rugby).

Tal classificação permeia a organização das unidades temáticas e objetos de conhecimento apresentados na BNCC (BRASIL, 2018), no Referencial Curricular do Paraná (PARANÁ, 2018a) e nas Referências Pedagógicas para as Escolas Especializadas do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018b).

Para esta pesquisa, elegemos os Esportes de Marca, previstos para o 2º ciclo – 1ª a 6ª etapa, sob os seguintes objetivos (PARANÁ, 2018b, p. 158):

Experimentar e fruir a prática de jogos esportivos de marca através do lúdico com a finalidade de desenvolver a coordenação motora; Conhecer as modalidades de jogos de marca de características competitiva, evidenciando os elementos dos esportes coletivos, evidenciando normas e regras; Participar de competições para a promoção do protagonismo, a cooperação, o respeito, a compreensão de regras e o desenvolvimento do espírito esportivo.

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é construir, sob os preceitos do planejamento participativo e da pedagogia histórico-crítica, a unidade de ensino de esportes de marca, direcionada ao ambiente estudado.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa participante, que busca o envolvimento da comunidade na análise de sua própria realidade. Essa modalidade de pesquisa é desenvolvida a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas, buscando os interesses da comunidade em sua própria análise. A pesquisa participante é um instrumento importante de trabalho para a geração de ideias e propostas possivelmente úteis e atuais (BRANDÃO; BORGES, 2007). Segundo Velloso et al (2022, p.3), “[...] existem saberes produzidos dialeticamente entre a prática político-pedagógica que nasce do chão da escola e a construção de princípios epistemológicos, a partir da produção coletiva e militante de educadores(as)”.

De uma amostra inicial de 16 professores de Educação Física das escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial (mantidas pelas APAE) do Conselho Regional de Paranaíba-PR, que responderam a um questionário sobre a identidade docente e dificuldades e potencialidades em ministrar conteúdos esportivos. A proposta de um planejamento participativo específico coordenado pelo pesquisador foi levada a todo o grupo, tendo a adesão de 11 professores que concordaram em participar deste estudo.

As respostas ao referido instrumento indicaram dificuldades relativas a “como” ministrar tais conteúdos, especialmente relativas às individualidades dos alunos (com deficiências que implicam em diversos estágios de capacidades físicas e intelectuais em uma mesma turma) à escassez de materiais didáticos e à disponibilidade de estruturas físicas e recursos materiais.

A ação proposta baseia-se na prerrogativa de que as dificuldades e potencialidades de cada um possam ser socializadas e auxiliem na construção coletiva almejada. Conforme Junges, Ketzer e Oliveira (2018, p. 98) a troca de experiências entre os docentes pode proporcionar:

[...] a) o aprendizado com o outro é importante e proporciona transformações; b) a existência da angústia na busca de um espaço de formação e troca efetiva de experiências; c) o desenvolvimento do professor vinculado à troca de saberes docente; d) a prática da sala

de aula e a troca efetiva de experiências; e) a importância de compartilhar ideias; e f) a reflexão atrelada à troca de experiências.

Dessa forma, o planejamento da Unidade de Ensino “Esportes de Marca”, coordenado pelo pesquisador, ocorreu mediante cinco encontros, por meio da Plataforma *Google Meet*.

- **1º Encontro** (02/02/2023, das 18h00 às 19h00):

Neste primeiro momento, aconteceu a apresentação da pesquisa, esclarecendo os objetivos desta etapa. O pesquisador conversou com os professores a respeito do cronograma de encontros e da forma com que os trabalhos aconteceram. Então, solicitou aos professores que relembassem conceitos básicos da educação especial e do planejamento, em que, nesta atividade, foi utilizado o aplicativo Mentimeter. Na sequência, o pesquisador fez a apresentação dos documentos utilizados: Referências Pedagógicas para as Escolas Especializadas (caderno 4); Definição de esportes de marca; planejamento participativo e os passos da pedagogia histórico-crítica.

Houve momento para que os professores falassem a respeito do tema e tirassem dúvidas. Por fim, definiu-se as datas e horários, bem como os combinados para os próximos encontros.

- **2º Encontro** (03/02/2023, das 19h00 às 20h30)

Neste encontro, aconteceu a retomada de combinados do encontro anterior e, em seguida, um momento para que os professores apresentassem o que tinham coletado de arquivos pessoais referentes aos planos de aula e de unidade, além dos princípios básicos da pedagogia histórico-crítica.

Na sequência, o pesquisador conversou com os professores, de maneira aprofundada sobre os passos da pedagogia histórico-crítica, bem como revisou o documento sobre a classificação dos esportes, em específico dos esportes de marca.

O pesquisador fez a apresentação com explicações da estrutura do plano de unidade e plano de aula a ser utilizado (esses documentos foram elaborados de forma *on-line*, e permitia a edição colaborativa por todos os professores – Documentos Google). Houve momento para que os professores falassem a respeito do tema e tirassem dúvidas.

Ficou decidido com os professores a utilização do esporte de marca Atletismo para continuação dos trabalhos. Por fim, foram feitos os combinados para o próximo encontro.

- **3º Encontro** (16/02/2023, das 18h00 às 19h30)

Novamente, o encontro teve início com a retomada de combinados do último encontro e, em seguida, houve um momento para que os professores apresentassem o que tinham pesquisado de atividades, exercícios e metodologias para os esportes de marca, no caso, o atletismo.

Em seguida, o pesquisador conversou com os professores, para que juntos iniciassem a construção do plano de unidade. Na própria reunião *on-line*, os professores acessaram os documentos Google, para iniciarem o preenchimento coletivo do plano de unidade.

Nesse momento, o pesquisador exerceu o papel de observador e mediador. Foi realizada a troca de ideias entre os professores e definição de estratégias metodológicas que incluam todos os alunos nas aulas. Ainda, houve momento para que os professores falassem a respeito do tema e dirimissem dúvidas. Ficou combinado que, no decorrer da semana, nos momentos de Hora Atividade dos professores na escola, eles continuassem com o preenchimento do plano de unidade.

- **4º Encontro** (23/02/2023, das 18h00 às 19h30)

Assim como nos encontros anteriores, o primeiro momento foi dedicado à retomada de combinados do último encontro.

No segundo momento houve a finalização da edição do plano de unidade, bem como a sua leitura. Definiu-se que para os esportes de marca – atletismo, seriam construídos cinco planos de aula.

Então, o pesquisador conversou com os professores, para que juntos iniciassem a construção dos planos de aula. Na própria reunião *on-line*, os professores acessaram os documentos Google, para iniciar o preenchimento coletivo dos planos de aula, sob mediação do pesquisador.

Foi realizado ainda, a troca de ideias entre os professores e definição de estratégias metodológicas para inclusão efetiva de todos os alunos nas aulas. E, na sequência, o combinado foi que, no decorrer da semana, nos momentos de Hora

Atividade dos professores na escola, eles continuariam preenchendo os planos de aula, para formatação final no último encontro.

- **5º Encontro** (27/02/2023, das 19h30 às 21h00)

Esse encontro teve início por um momento para a finalização dos planos de aula pelos professores.

Logo após, foi feita a leitura de cada um dos cinco planos de aula construídos. Finalizados os planos de aula, o pesquisador promoveu uma roda de conversa para ouvir dos professores o que sentiram em relação à construção coletiva do plano de unidade e planos de aula. Foi uma atividade de Mural, utilizando a ferramenta digital *Jamboard*, na qual os docentes foram instigados a representarem, em palavras, os maiores desafios relativos ao planejamento e à inclusão. Os resultados dessa dinâmica estão representados em “nuvens de palavras” (Figuras 11 e 12). Então, resultou no produto final desse processo, intitulado “Unidade Didática: Esportes de Marca na Educação Especial.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá (COPEP/UEM) – CAAE 607.00622.1.0000.0104.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O planejamento dos encontros foi organizado dentro da proposta de Gasparin(2005), baseada na pedagogia histórico-crítica, diante da familiarização com a proposta, e de sua adoção pelas escolas de educação básica na modalidade Educação Especial, mantidas pelas APAEs da região.

A construção do plano de unidade e dos planos de aula baseou-se na pedagogia histórico-crítica, conforme organizado por Gasparin (2005): prática social inicial (o que alunos e professor já sabem), problematização (explicitação dos principais problemas da prática social), instrumentalização (ações didático-pedagógicas para a aprendizagem), catarse (expressão elaborada da nova forma de entender a prática social) e prática social final (nova proposta de ação a partir do conteúdo aprendido) (Figura 9).



Figura 9 – Cinco passos da pedagogia histórico-crítica.
Fonte: Gasparin (2005).

Plano de Unidade

Série: 1ª e 2ª etapa do Ensino Fundamental

Duração: 10 Aulas de 50 minutos cada

Objetivo geral: Vivenciar atividades relacionadas aos esportes de marca, de maneira especial ao atletismo, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e incentivando a autonomia e a independência, de forma lúdica e recreativa.

Objetivos específicos:

- Proporcionar a prática dos fundamentos técnicos do atletismo.
- Estimular a prática, priorizando a ludicidade e a técnica.
- Aproximar os conceitos abstratos dos conceitos de vida diária;
- Ampliar a participação nas atividades corporais;
- Realizar momentos de reflexão e associação de fatos/ideias;
- Organizar atividades apropriadas à realidade dos alunos.

1º passo: Prática social Inicial

- Listagem dos Conteúdos: Esportes de Marca/Atletismo (provas de pista e de campo).
- Vivência do conteúdo: levanta a mão quem já ouviu falar de atletismo. Vamos todos andar e nos movimentar pelo espaço? Quando eu corro e ando eu

utilizo alguma habilidade do esporte? Quero saber: quem gosta de brincar de correr? Você acha divertido correr competindo com o amigo? E saltar? Quem sabe? Gosta dessas brincadeiras? E quem tem deficiência? Pode realizar essas atividades? Quem já assistiu na televisão ou na *internet* alguma competição? Alguém já competiu em uma competição oficial (jogos escolares, campeonatos e/ou festival)? Vocês sabem quais são os tipos de provas presentes no Atletismo?

2º passo: Problemática

- Identificação e discussão: quem aqui se movimenta? É necessário realizar atividades corporais todos os dias? No atletismo existem diferentes provas e modalidades, você as conhece? Por que o atletismo é considerado esporte de marca? Qual é a prova que você mais gosta? Alguém não gosta do atletismo? Acha difícil?
- Dimensões do conteúdo a serem trabalhadas: a) Histórica: Vocês sabem como surgiu o atletismo? E o porquê as provas são diferentes para campo e pista? b) Científica: O atletismo como base de desenvolvimento motor; c) Conceitual: O que é o esporte? O que é o atletismo? Quais são as provas do atletismo? d) Social: Por que é importante a competição? É importante o lazer e a diversão? e) Política: Todas as pessoas podem competir? Existem políticas públicas de incentivo à prática de atletismo? f) Econômica: Onde podemos realizar essa prática? Todos podem realizar as práticas do atletismo?

3º passo: Instrumentalização

- Ações docentes e discentes: roda de conversas, dinâmicas, atividades individuais e em grupos alternados; aulas práticas e teóricas; confecção de cartazes e *banners* ilustrativo referente ao tema; aulas expositivas com explicações do professor auxiliado por vídeos para facilitar a compreensão, após as apresentações dos conhecimentos prévios que os discentes possuem a respeito do tema: esporte, esportes de marca, atletismo, provas de campo e pista; práticas de corridas de forma lúdica (buscar objetos de um espaço determinado a outro: pega-pega etc.); corridas com objetivo em obter o menor tempo (melhor marca); corridas para perceber a necessidade de

resistências corpóreas diferentes em corridas rasas, de meio-fundo e fundo; vivências corporais de forma recreativa com as provas de saltos, utilizando de desmembramento das ações, repetição de movimentos e simplificação dos comandos; relógios, cronômetros, e outras formas para registro de tempo no quadro após práticas de corridas e marcas dos saltos para percepção visual da necessidade de menor tempo/maior distância.

- Recursos humanos e materiais: sala de aula, quadra escolar, pátio coberto, televisão, *notebook*, cabo HDMI, vídeos no Youtube, espaço aberto, quadro, giz branco, cronômetro, arcos, bolas de diversos tamanhos, cordas, colchonetes.

4º passo: Catarse

- Elaboração teórica da síntese: o atletismo é um jogo com regras que não mudam, por isso é um esporte. Ele é um esporte de marca. As corridas são registradas por tempo: quem correr mais rápido chega antes e faz menor tempo. As provas de saltos também são registradas por marcas: quem saltar na maior distância vence. Assim: Os alunos vivenciaram as atividades? Diferenciam as provas do atletismo? É possível a realização das atividades por todos? Posso praticar para competir? Entendo a diferença de ganhar e perder?
- Avaliação: a partir da participação e interação dos alunos; avaliação observativa; a partir das atividades gráficas e registros dos alunos; *feedback* e engajamento.

5º passo: Prática social final

- Intenções do aluno: que o aluno desperte interesse por atividades que envolvam práticas corporais; que o aluno possa pedir ao professor de Educação Física que continue a trabalhar com as provas do atletismo; que o aluno se desenvolva nos aspectos cognitivos, afetivos e motores; que o aluno possa se expressar corporalmente sem medo ou vergonha; que atividades corporais sejam praticadas com prazer e motivação.
- Ações do aluno: realizar brincadeiras e atividades que envolvam aspectos motores em seu dia a dia; participar das práticas e vivências corporais relacionadas ao atletismo; experimentar as diferentes provas do atletismo;

associar as provas do atletismo a situações do cotidiano dos alunos; relacionar a prática corporal à saúde e ao bem-estar, e convidar a família e os amigos para práticas corporais prazerosas.

Os planos de aula foram compostos tendo como base o plano de unidade. A seguir, apresentamos um dos planos de aula construídos coletivamente pelos professores participantes da pesquisa (Quadro 4).

Quadro 4: Plano de Aula Nº1

Dados de Identificação
Escola: APAE (Conselho Regional de Paranavaí) Professor: _____ Disciplina: Educação Física Turma: Ensino Fundamental Período: 1º e 2º Ciclo do Ens. Fundamental - Anos iniciais – Ed. Especial Duração: 2 aulas (50 min cada)
Tema: Atletismo/ Esportes de marca.
Objetivos Objetivo geral: Conhecer as modalidades de características competitivas, evidenciando os elementos dos esportes de marca, as normas e regras. Objetivos específicos: Relatar aos alunos características e divisões/modalidades competitivas dentro do atletismo. Vivenciar as habilidades motoras de correr, saltar, lançar e arremessar e as capacidades físicas exigidas na experimentação de diferentes modalidades. Identificar as habilidades motoras de correr, saltar, lançar e arremessar em outras práticas corporais, bem como em atividades da vida diária. Trabalhar os conceitos de marca; tempo, distância, peso entre outros. Debater/conversar com os alunos quais foram as dificuldades encontradas por eles na execução dos movimentos.
Conteúdo: Esportes: resgate de conhecimentos prévios. Apresentação das modalidades de correr, saltar e arremessar. Inserção nas modalidades de marca.
Recursos didáticos: Sala de aula, TV, vídeos, atividade gráfica. Quadra ou espaço aberto, bolas, bastão, cones, arcos.
Estratégias e Metodologia: -Organizar a turma com os alunos sentados em círculo, e dar início a uma roda de conversa, perguntando se conhecem a modalidade esportiva atletismo? Quais as provas disputadas? - Breve conceituação do conteúdo a ser trabalhado “Esporte” por meio de explanação oral, diferenciando-o dos jogos e brincadeiras; - Debate sobre o que é esporte e quais as características que diferenciam os esportes dos jogos e brincadeiras. -Após o primeiro momento, utilizar vídeo de introdução: ATLETISMO E SUAS MODALIDADES . -Partindo do relato dos alunos e o vídeo assistido, dar sequência à roda de conversa

sobre a temática atletismo e suas especificidades e competições/categorias – CORRIDA, SALTOS, LANÇAMENTOS e ARREMESSOS;

- Com a utilização de imagens de tamanho grande (Esportes diferentes e Atletismo) para que os alunos identifiquem qual delas que se refere ao tema:



- Mostrar o vídeo que sintetiza a modalidade, (Quais são as provas do atletismo?) Disponível em: [Provas do Atletismo](#).

- Conversa com os alunos sobre as provas que apareceram no vídeo.

Atividade de fixação: no caderno

Folha com atividades 1:

1. Marque o esporte que **não** é um esporte de marca?



2. Qual desses esportes de marca tem seus resultados comparados pelo tempo?



4. Ligue as modalidades do Atletismo aos seus nomes:



Salto com Vara



Arremesso de Peso



Salto em Distância



Corrida Revezamento

- Aquecimento: com bola, escolhidos pela turma;

- Alongamento corporal, orientado pelo professor.

- Corrida de velocidade: Nesta atividade, os alunos irão utilizar fita crepe ou giz escolar, para construir a pista (raias) na quadra ou espaço aberto. Elas devem ter a mesma largura e comprimento, porém, com formatos diferentes (curvas para direita, curvas para a esquerda). Os alunos definem a largada e a chegada. Na sequência, os alunos irão andar pelas pistas construídas pelos colegas, vivenciando e conhecendo o espaço.

- Atividades de vivência dos movimentos básicos de corrida:

1- LEVA E TRAZ: dividir os alunos em duas equipes e posicioná-las atrás de variados objetos e, ao sinal combinado previamente com o professor, o primeiro aluno da fila deverá levar o objeto correndo o mais rápido possível até o outro lado do percurso feito previamente. Deixar o objeto, voltar correndo e bater na mão do segundo aluno, que correrá o mais rápido possível para recuperar o objeto, trazendo até o ponto de partida, e, assim, será feito o processo de leva e traz do objeto pelos alunos. Ganha a equipe mais veloz.



2- Corrida de Revezamento: Utilizando a mesma pista confeccionada pelos alunos, no início da aula, eles serão divididos em 3 grupos, irão experimentar o bastão – como segura, como corre com ele, como eu entrego ao meu colega etc.

Definir com os alunos o local onde cada um do grupo ficará esperando a entrega do bastão. Após esse combinado, realizar uma vez, como teste, a corrida de revezamento. Em seguida, faz uma rodada valendo, para definir quem chegará primeiro, estabelecendo, assim, uma marca.

- Relaxamento corporal.

Avaliação: Realização de *feedback*, buscando identificar o que os alunos compreenderam sobre os conteúdos propostos, realização dos movimentos propostos, participação nos debates e atividades práticas, através de perguntas como: Qual foi a atividade que mais gostou? E qual o tipo de prova representa a sua atividade favorita?

Durante o desenvolvimento da aula, o professor poderá observar as aptidões e facilidades dos alunos no decorrer e participação das atividades propostas.

Bibliografia:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília: MEC/ CONSED/UNIDIME, 2017.

APAE TAMBOARA. **Proposta Curricular da Escola**. 2019.

CARLAN, P.; KUNZ, E.; FENSTERSEIFER, P. E. O esporte como conteúdo da Educação Física escolar: estudo de caso de uma prática pedagógica inovadora". *Movimento*, v. 18, n. 4, p. 55-75. 2012.

PARANÁ. *Referências pedagógicas para as escolas especializadas do Estado do Paraná*. In: Bueno, Marizete et al. (org.). Curitiba : SEED – Pr., 2018.

https://www.liveworksheets.com/worksheets/pt/Educa%C3%A7%C3%A3o_F%C3%A9sica/Esportes/Esportes_de_Marca_ap1796459ia

Fonte: Planejamento participativo dos professores da APAE – Conselho Regional de Paranaíba-PR

Após os encontros de planejamento, coletamos, junto aos professores participantes, termos que representassem as vivências do planejamento participativo

e do maior objetivo a ser alcançado na educação especial, entendido por eles como ser a inclusão social dos estudantes. As figuras 10 e 11 apresentam o resultado desse exercício final.



Figura 10 – Termos relacionados ao planejamento, citados pelos professores.

Fonte: o autor

A função de planejar no âmbito educacional é vista por Padilha (2001, p. 63) como atividade com características básicas de “[...] evitar a improvisação, prever o futuro, estabelecer caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação”. Dessa forma, o planejamento de ensino é o processo de decisão sobre atuação concreta dos professores, no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações, em constantes interações entre professor e alunos e entre os próprios alunos (PADILHA, 2001, p. 33). Na opinião de Sant’anna (1995, p. 19), esse nível de planejamento trata do “[...] processo de tomada de decisões bem informadas que visem à racionalização das atividades do professor e do aluno, na situação de ensino-aprendizagem”.

Sem abrir mão dos preceitos básicos do planejamento de ensino, o planejamento participativo foi a nova forma encontrada por educadores que se preocupavam com o planejamento da educação, ou seja, foram buscar a construção, a participação, o diálogo, o poder coletivo local, a formação de consciência crítica, a partir da reflexão sobre a prática da mudança (VASCONCELLOS, 1995, p. 31). Com isso, o planejamento participativo surgiu para romper com a prática dos planejamentos funcional e normativo, inserindo o professor e a escola no contexto social, o que, para Vasconcellos (1995, p. 31), ficou

entendido como “[...] um instrumento de intervenção no real para transformá-lo na direção de uma sociedade mais justa e solidária”. Assim, aponta para a gestão participativa e democrática da educação, como superação do modelo tecnocrático, reunindo educadores, representantes dos segmentos organizados da sociedade civil, para pensar o desenvolvimento educacional como um todo e seus segmentos.

O planejamento participativo constitui um processo político, um contínuo propósito coletivo e uma deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual haja a participação do maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem. Significa, portanto, mais do que uma atividade técnica, sendo um processo político à decisão da maioria, tomada por esta em benefício próprio.

Um ponto fundamental levantado nas discussões e na elaboração dos planos de unidade e aulas, foi a realização das atividades pelos alunos, respeitando as diferenças das deficiências e as limitações. A respeito dessa individualidade, Nicolau (2015) pontua que o planejamento na educação especial, para ser eficiente, deve levar em consideração a realidade escolar, o perfil das turmas e também dos alunos, pois,

[...] cada turma possui características específicas, então se têm que ter respeito no ato de planejar as atividades, direcionando os saberes, as práticas pedagógicas e os inúmeros elementos por meio dos quais os educadores obtêm resultados satisfatórios em seu fazer pedagógico (NICOLAU, 2015, p.8).

Em complemento, Araújo (2015) alerta que os professores devem ser o elo principal das mudanças e adaptações necessárias aos alunos.

O professor, aceitando essa mudança na prática pedagógica e, ao respeitar o limite de cada aluno, facilita a participação e integração do mesmo no grupo. Sua capacidade, assim como suas limitações e diferenças também devem ser respeitadas, e dessa forma o professor proporciona ao seu aluno um desenvolvimento social, motor e intelectual” (ARAÚJO, 2015, p.22)

Somente com todos esses levantamentos e conhecimentos dos alunos, e de maneira especial, com as diferentes deficiências encontradas na mesma turma nas escolas especiais, é que o professor conseguirá desenvolver as atividades capazes de despertar em seus alunos o desejo pelo conhecimento (SCHMITZ, 2000). Chaves (2016) argumenta que o professor precisa se perguntar constantemente sobre os sentidos de “ser professor” e do que ele está fazendo no ambiente escolar. Faz parte

de sua competência profissional continuar se indagando, bem como indagar junto a colegas, alunos e comunidade escolar, sobre o sentido do que está fazendo na escola.

Assim, espera-se dos professores que, realmente, haja engajamento com o ato de planejar de forma participativa. Na rotina de trabalho, isso é previsto em períodos específicos, como semanas pedagógicas, geralmente antecedendo o período letivo, ou mesmo em eventos esporádicos.

No cotidiano, as horas-atividade dificilmente terão coincidência entre os professores de uma mesma escola, município e região. A experiência deste estudo demonstra essa dificuldade, mas incorpora os planejamentos realizados nas horas-atividade como momentos de planejar e trazer à discussão o trabalho realizado, nos momentos de trabalho “extra”, proporcionados pelo engajamento à pesquisa.

Nas discussões, corroborando com o que nas últimas décadas vem sendo publicado, a exemplo de Santos (2002), Ropoli et al (2010), Camargo (2017), entre outros autores, o maior objetivo da educação especial gira em torno da perspectiva da inclusão social dos estudantes (Figura 11).



Figura 11 – Termos relacionados à inclusão, citados pelos professores.

Fonte: o autor

Conforme visto, a busca pela promoção da inclusão social dos estudantes da educação especial foi percebida constantemente nas discussões durante os encontros de planejamento.

Para Santos (2002), a inclusão social de portadores de deficiência – termo utilizado à época, atualmente substituído por pessoa com deficiência – se origina na preocupação com a democratização e humanização de sua vida social.

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988, Art. 217), “[...] é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um”. O acesso à aprendizagem e à prática esportiva do estudante das escolas de educação especial é, portanto, um meio de promoção dessa democratização e humanização. As Referências Pedagógicas para as escolas especializadas do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018b) e a Organização administrativa e pedagógica das escolas especializadas do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018c) reiteram essa prerrogativa.

Ao se pensar em atividades esportivas, em alguns momentos, de acordo com a rotina da escola especial, o trabalho com atividades do cotidiano e as atividades da vida diária (AVDs) se fazem necessárias para que os alunos possam fazer relação do abstrato com o concreto. Para tanto, o estímulo gerado em crianças que se percebem competentes em um determinado domínio, seja ele cognitivo, sócio afetivo, e/ou motor, gera prazer no processo de aprendizagem, ocasionando disposição e persistência frente a dificuldades, resolução de problemas de forma independente e demonstração de sentimentos de confiança em suas capacidades (VALENTINI, 2006).

Bonamigo, Cristóvão e Kaefer (2001) corroboram sobre a importância da execução de diferentes atividades que promovam a estimulação – quanto mais rica em qualidade e quantidade, mais eficientes se tornam – visando o desenvolvimento do potencial dos alunos. Para Scarpin e Costa (2020), dentro dessa perspectiva, ao associarmos o esporte de marca atletismo às aulas de Educação Física, os alunos poderão ser auxiliados em seu processo de crescimento e desenvolvimento, proporcionando aprender novos conhecimentos específicos.

O Atletismo é uma modalidade esportiva que tem como base algumas habilidades motoras importantes para o desenvolvimento motor como, por exemplo: correr, marchar, saltar, lançar e arremessar” (SCAPIN, COSTA, 2020, p.6).

As habilidades acima descritas também são realizadas nas escolas especiais. No decorrer da elaboração do plano de unidade e dos planos de aula, houve uma atenção especial por parte dos professores em buscar atividades e dinâmicas que oportunizassem essas vivências.

Com o desenvolvimento do atletismo no ambiente escolar, deve-se levar em consideração quais são os objetivos do ensino deste esporte. Assim, no estudo realizado por Sousa e Brito (2013), relacionado aos objetivos do ensino do atletismo na escola, ficou evidente que os professores buscavam a formação de sujeitos ativos e capazes de realizar as práticas decorrentes do atletismo na vida cotidiana, seja como lazer, adquirindo melhoria na qualidade de vida ou visando à manutenção da saúde.

Ao serem trabalhados na Educação Física, os conteúdos do atletismo podem ser entendidos como “[...] mediadores para desenvolver os objetivos da Educação Física escolar, desde que os procedimentos metodológicos utilizados para construir os propósitos da aula sejam modificados” (MARQUES; IORA, 2009, p.108-109). Dessa forma, a utilização de estratégias e metodologias adequadas às especificidades dos alunos, pelos professores, são necessárias, considerando a faixa etária e as fases de desenvolvimento motor e intelectual dos estudantes.

Com o avanço tecnológico e o interesse por tecnologia, o estudo realizado por Matthiesen et al. (2014) constatou que estratégias de ensino inovadoras e com potencial de contribuição para o atual contexto escolar levam à utilização das tecnologias de informação e comunicação a partir do uso das ferramentas da *internet*.

Scapin e Costa (2020) apontam outros fatores importantes no ensino do atletismo: a ludicidade ou lúdico. O aspecto lúdico das atividades desperta o interesse dos alunos, trazendo uma imagem mais harmoniosa e prazerosa às práticas do atletismo. Assim como reforça Kirsch (1983), a chave central, tanto da didática quanto do professor, é proporcionar atividades e momentos que busquem aumentar o nível de atratividade e interesse nas modalidades atléticas, vinculando, caso necessário, às dimensões do lazer e da recreação.

É importante também ressaltar que todas essas metodologias e estratégias de ensino são capazes de ampliar a participação dos alunos, bem como de despertar o interesse e a satisfação na realização das tarefas. Desta forma, ao trabalhar na Educação Física com as atividades motoras do atletismo, conseqüentemente, estão sendo proporcionadas vivências relacionadas à autonomia e independência dos alunos, incluídas neste cenário as AVDs.

CONCLUSÃO

O processo de ensino e aprendizagem de conteúdos esportivos nas aulas de Educação Física da Educação Especial requer do docente uma dedicação ímpar ao processo de planejamento. As especificidades e individualidades dos estudantes requerem uma ação docente que promova a participação coletiva e, ao mesmo tempo, respeite e conduza as atividades considerando o desenvolvimento motor e cognitivo de cada aluno, passíveis de implicar positivamente na aquisição de autonomia e, por consequência, em sua inclusão social.

A pedagogia histórico-crítica e o processo que envolve o que o aluno já sabe e pode trazer para o ambiente educacional, o questionamento sobre as tarefas sugeridas, a aquisição de habilidades e capacidades, a reflexão e internalização de conceitos e atitudes e a busca pela conquista da autonomia constituem um roteiro aplicável e potencialmente eficaz quando aplicado ao ensino do esporte na educação especial.

Já o planejamento participativo apresenta a perspectiva de discussões e troca de experiências vividas no contexto escolar. Embora com a limitação da participação somente de professores – o planejamento participativo prevê a possibilidade de envolvimento de agentes diversos da comunidade escolar, como gestores, docentes de outras disciplinas, funcionários e pais ou responsáveis –, esta se justifica pelo objeto de estudo, o planejamento de uma unidade de ensino de um componente curricular específico.

A tarefa evidenciou a dificuldade de promover ações como a proposta na pesquisa, pois os professores, sob a coordenação do pesquisador, precisaram se reunir fora do horário de trabalho para o planejamento em conjunto. No entanto, utilizaram seus horários de hora-atividade para prepararem as tarefas individuais a serem trazidas para a discussão coletiva. Evidenciou, ainda, a dificuldade de formação continuada, que, de certa forma, ocorreu durante o processo, mediante à necessidade de estudos para a construção do planejamento.

Como resultado, atendendo à consecução do objetivo do estudo participante desenvolvido, a unidade de ensino “Esportes de Marca – Atletismo” e os planos de aula oriundos desta, ora apresentados como Produto Educacional, analisados à luz de estudiosos e pesquisadores da temática, apresenta a flexibilidade necessária e atende às necessidades da Educação Física na Educação Especial.

Diante da escassez de estudos que abordam o planejamento na Educação Especial e, especificamente na Educação Física, nesse contexto, esperamos ter contribuído para as discussões acadêmicas acerca do tema e, sobretudo, para a atuação docente. Assim sendo, recomendamos a realização e publicação de mais pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M A de. **Atletismo para alunos com necessidades educativas Especiais em mobilidade, qual a sua realidade?** (2015). Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15828/1/2015_MarcoAntonioDeAraujo_tcc.pdf. Acesso em 17 mar. 2023

BONAMIGO, E. M. R.; CRISTOVAO, V. M. da R.; KAEFER, H. **Como ajudar a criança no seu desenvolvimento:** sugestões de atividades para a faixa de 0 a 5 anos. 8. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BRANDÃO, C.R.; BORGES, M.C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CAMARGO, E.P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciênc. Educ.**, v. 23, n.1, p.1-6, 2017.

CHAVES, F. G, **Didática** – Uberaba: Universidade de Uberaba, 2016.

GANDIM, D. A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.1, p.81-95, Jan/Jun 2001.

GASPARIN, J. L. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 3.ed.Campinas:Autores Associados, 2005

GONZÁLEZ, F.J.G.; BRACHT, V. **Metodologia do ensino dos esportes coletivos**. Vitória: UFES, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2012.

JUNGES, F.C.; KETZER, C.M.; OLIVEIRA, V.M.A. Formação continuada de professores: saberes ressignificados e práticas docentes transformadas. **Educação & Formação**, v. 3, n. 9, p. 88-101, set./dez. 2018.

KIRSCH, A. **Antologia do Atletismo: metodologia para iniciação em escolas e clubes**. – Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1983.

KRAVCHYCHYN, C.; CARDOSO, S.M.V.; MORETTI, L.H.T.; OLIVEIRA, A.A.B. Educação Física escolar brasileira: caminhos percorridos e “novas/velhas”

perspectivas. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 14, n. 1, p. 107-118, jan./abr. 2011.

KRAVCHYCHYN, C.; COSTA, L.C.A. **Esportes Coletivos: Handebol e Basquetebol**. Maringá: Unicesumar, 2019.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARQUES, C. L. da S; IORA, J. A. Atletismo Escolar: possibilidades e estratégias de objetivo, conteúdo e método em aulas de Educação Física. **Movimento**. Porto Alegre, v. 15, n. 02, p. 103-118, abril/junho de 2009.

MATTHIESEN, S. Q.. **Atletismo na escola** / Sara Quenzer Matthiesen; Ricardo Garcia Cappelli, prefácio. – Maringá : Eduem, 2014. 161 p.

MORETTO, V. P. **Planejamento: Planejando a Educação para o desenvolvimento de competências**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2007

NICOLAU, A. **Planejamento no ambiente escolar**. (2015). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151583>. Acesso em 15 mar. 2023

OLIVEIRA, A. A. B.; MOREIRA, E. C.; ACCIOLY JUNIOR, H.; NUNES, M. P. Planejamento do Programa Segundo Tempo: a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo. *In*: Oliveira, A. A. B.; PERIM, G. L. (org.). **Fundamentos pedagógicos para o Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**. Maringá: Eduem, 2009.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018(a). Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referências pedagógicas para as escolas especializadas do Estado do Paraná**. BUENO, M et al (Orgs). Curitiba: SEED – Pr. 215 p. 2018 (b). Disponível: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/referencias_pedagogicas_escolas_especializadas_parana.pdf Acesso em 19 jun 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Organização administrativa e pedagógica das escolas especializadas do Estado do Paraná**. Batista, Maria de Lourdes Arapongas et al. (org), Curitiba : SEED – Pr. – 200p. 2018 (c). Disponível:http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/organizacao_administrativa_pedagogica_escolas_especializadas.pdf Acesso em 19 jun 2021.

PERRENOUD, P. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. 2 ed. Porto Alegre: ArtMed Ed., 2001

ROPOLI, E.A.; MANTOAN, M.T.E.; SANTOS, M.T.C.T.; MACHADO, R. A **Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: a Escola Comum Inclusiva. Brasília, Ministério da Educação Especial, Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANT'ANNA, F. M.; ENRIGONE, D.; ANDRÉ, L.; TURRA, C. M. **Planejamento de ensino e avaliação**. 11. ed. Porto Alegre: Sagra / DC Luzzatto, 1995.

SANTOS, M.P. Educação inclusiva: redefinindo a educação especial. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 3/4, p. 103-118, 2002.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

SCAPIN, G. J. COSTA, L.C da. Educação Física escolar: objetivos e estratégias para o ensino do atletismo. **Motrivivência**, (Florianópolis), v. 32, n. 63, p. 01-19, julho/dezembro, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e71829/44046>. Acesso 17 mar. 2023

SCHMITZ, E. **Fundamentos da Didática**. 7ª Ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos,

SOUSA, L. A. de; BRITO, A. C. de. O Atletismo na perspectiva educacional. **Revista Expressão Católica**. Jul./dez.; 2 (2): 114-124, 2013.

SOUZA JÚNIOR, O.M.; DARIDO, S.V. dispensas das aulas de Educação Física: apontando caminhos para minimizar os efeitos da arcaica legislação. **Pensar a Prática**, v.12, n.2, p. 1-12, maio/ago. 2009.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre esporte**: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem, 2010.

VALENTINI, N.C. Competência e autonomia: desafios para a Educação Física Escolar. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.20, p.185-87, set. 2006.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

VELLOSO, L. R. da S.; MALDONADO, D. T.; MIRANDA, M. L. de J.; FREIRE, E. dos S. Pesquisa participante na Educação Física Escolar: o estado da arte. **Movimento**, [S. l.], v. 28, p. e28059, 2022. DOI: 10.22456/1982-8918.120865. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/120865>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONCLUSÃO GERAL DA DISSERTAÇÃO

O caminho percorrido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) perpassa por diversas transformações em nossa sociedade. Sociedade essa que, no passado, segregava as pessoas com deficiência, privando-as, muitas vezes, de situações e vivências básicas do cotidiano, bem como rotulavam e diminuía a sua existência.

De início, mesmo com caráter assistencialista, as APAEs buscavam a valorização das pessoas com deficiência na sociedade. Essa valorização aconteceu mediante organização e luta pelos direitos dessa população, fato que outrora se consolidou com a edição de leis, decretos, regulamentações e políticas públicas voltadas às diversas áreas, em especial àquelas relacionadas à educação.

Passadas mais de sete décadas desde seu surgimento, as APAEs continuam, ainda hoje, prestando serviços educacionais, assistenciais e de saúde por todo o País, fazendo com que ela seja mundialmente reconhecida e prestigiada no atendimento a essas pessoas com deficiência. No cenário brasileiro, quando relacionamos o papel das APAEs ao setor educacional, o Paraná merece destaque, pois é o único a incluir, em seu sistema de ensino, as escolas especializadas, as quais recebem o nome de “Escolas de Educação Básica, Modalidade de Educação Especial”, atuando na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos.

Sendo escola de educação básica, nela está inserida a Educação Física e, não obstante, os esportes. É verificado que o esporte educacional, aliado ao seu potencial para as atividades extracurriculares, pode ser um fator de inclusão social dos alunos. Nestas escolas especializadas, diversos eventos culminantes acontecem na rotina dos estudantes, eventos como: competições nos jogos escolares, eventos internos nas escolas, jogos regionais das APAEs e, até mesmo, Olimpíadas Estaduais.

Voltando nosso olhar ao corpo docente, de acordo com o perfil identitário dos professores de Educação Física, os quais participaram das etapas deste estudo, nota-se que a maioria dos professores é do sexo feminino, ficando próximo do encontrado com outras etapas e modalidades da educação básica. Outro fator

evidente é relacionado à formação dos professores, em que os docentes, em sua totalidade, possuem pós-graduação na área específica. Ainda, identifica-se que os motivos e razões que levam as pessoas a buscarem a profissão de professor, dizem respeito às oportunidades de trabalho, a uma identificação e proximidade com a modalidade de ensino, e às experiências já vivenciadas na educação especial.

Desta forma, os professores, ao ministrarem os conteúdos esportivos na Educação Física especial, destacaram algumas potencialidades e dificuldades. As dificuldades se apresentam nas diferentes deficiências dos alunos na mesma turma, infraestrutura e recursos materiais. E as potencialidades são verificadas quanto ao conhecimento adquirido na formação, permitindo uma atuação mais segura, às qualidades atitudinais e ao prazer que os alunos sentem em aprender e praticar; e, à potencial melhora da qualidade de vida dos estudantes.

Diante destas potencialidades e dificuldades no ensino dos esportes, a esses alunos de diferentes deficiências, os professores irão necessitar de uma estrutura de planejamento que leve em consideração: as especificidades e individualidades dos estudantes, que promovam a participação coletiva e que apliquem atividades as quais tenham funcionalidade e visem à autonomia. Assim, o planejamento participativo (discussões e troca de experiências vividas no contexto escolar), aliado à pedagogia histórico-crítica (que envolve o que o aluno já sabe e pode trazer para o ambiente educacional) constitui um roteiro aplicável e potencialmente eficaz quando aplicado ao ensino do esporte na educação especial, pois leva em consideração a flexibilidade necessária para esses estudantes.

Diante dos achados, fazem-se necessários estudos e discussões que abordam o planejamento na Educação Especial e, especificamente na Educação Física, trazendo novas metodologias e estratégias de ensino. Com isso, este estudo compreende, pois, uma visão “macro” da educação especial e do papel da APAE no cenário brasileiro e internacional, tratando especificamente do papel exercido pela Educação Física e pelo esporte nesse cenário. Em especial, destacamos o Estado do Paraná, o qual manteve a educação especial como ente da educação básica e apoio à inclusão dos alunos em escolas regulares, em uma sinergia que tem se mostrado eficaz e humanizante.

Portanto, nesse cenário, o componente curricular Educação Física e os conteúdos esportivos assumem papel fundamental na formação integral e inclusão dos estudantes e na composição da identidade docente. Dessa forma, o planejamento participativo, sob os pressupostos da Pedagogia histórico-crítica, leva

até a “ponta” dos trabalhos, no chão da escola, conteúdos que contribuem para a realização da humanização idealizada há quase sete décadas. Assim, na perspectiva de materialização do ideal se alicerça a inclusão social dos estudantes com deficiência.

APÊNDICES**A) AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA**

Federação das APAEs do Estado do Paraná
Avenida Silva Jardim, 4326 – Seminário - Curitiba – Paraná – CEP 80240-021
Portal: www.apacpr.org.br - Email: federacao@apacpr.org.br
Fone: (41) 3343-2640
CNPJ: 00.106.307/0001-71



Curitiba, 18 de janeiro de 2022.

Ofício nº 002/2022

Ilmo Senhor
Dr. Claudio Kravchychyn
Departamento de Educação Física
UEM - Universidade Estadual de Maringá

Prezado Senhor,

A Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do PR - FEAPAES, autoriza a realização da pesquisa "**A EDUCAÇÃO FÍSICA E OS CONTEÚDOS ESPORTIVOS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: CAMINHOS PERCORRIDOS E PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS**", do Prof. João Henrique Umbelino de Araújo, aluno do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional - PROEF, conforme apresentado no projeto e solicitado no ofício de 16 de dezembro de 2021.

Atenciosamente,

Alexandre Augusto Botareli Cesar
Presidente Feapaes PR

B) QUESTIONÁRIO

MATRIZ ANALÍTICA – QUESTIONÁRIO INICIAL

INDICADOR	OBJETIVOS	QUESTÕES					
		Sexo	Feminino			Masculino	
• Perfil e experiências de Professores de Educação Física de escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial (mantidas pelas APAE) do Conselho Regional de Paranaíba-PR.	• Estabelecer o perfil dos professores	Idade	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou mais
		Tempo de docência na EE	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 ou mais
		Formação Acadêmica	Graduação em EF	Graduação outra área	Especialização	Mestrado	Doutorado
		Principal motivo para o ingresso na docência na EE	Oportunidade de trabalho	Identificação com a modalidade de ensino	Objetivo principal da carreira docente	Outro	
		Dificuldades em ministrar conteúdos esportivos na disciplina de EF na EE	Inexistentes	Poucas	Médias	Grandes	
	• Verificar dificuldades e potencialidades da docência na EE	Potencialidades para ministrar os conteúdos esportivos na disciplina de EF na EE	Inexistentes	Poucas	Médias	Grandes	

QUESTIONÁRIO

Objetivo: Diagnosticar dificuldades e potencialidades na atuação dos professores de Educação Física que atuam na educação especial relacionada aos conteúdos esportivos.

1. Sexo: () M () F

2. Idade (em anos):

- a. () 20 a 29
- b. () 30 a 39
- c. () 40 a 49
- d. () 50 a 59
- e. () 60 ou mais

3. Tempo de docência na Educação Especial (em anos):

- a. () 1 a 4
- b. () 5 a 9
- c. () 10 a 14
- d. () 15 a 19
- e. () 20 ou mais

4. Formação Acadêmica (é possível assinalar mais de uma alternativa)

- a. () Graduação em Educação Física
- b. () Graduação em outra área – especifique: _____
- c. () Especialização – especifique: _____
- d. () Mestrado – especifique: _____
- e. () Doutorado – especifique: _____

5. Principal motivo para o ingresso na docência na Educação Especial:

- a. () Oportunidade de trabalho
- b. () Identificação com a modalidade de ensino
- c. () Objetivo principal da carreira docente
- d. () Outro – especifique: _____

6. Quanto às **dificuldades em ministrar conteúdos esportivos na disciplina de Educação Física na Educação Especial**, você entende que são:

- a. () Inexistentes
- b. () Poucas
- c. () Médias
- d. () Grandes

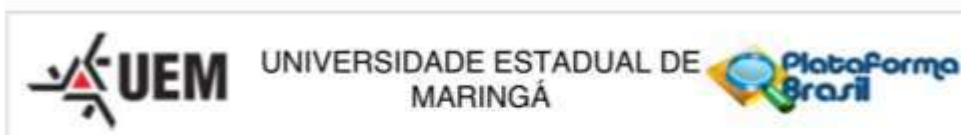
Justifique ou complemente sua resposta:

7. Quanto às **potencialidades para ministrar conteúdos esportivos na disciplina de Educação Física na Educação Especial**, você as classifica como:

- a. () Inexistentes
- b. () Poucas
- c. () Médias
- d. () Grandes

Justifique ou complemente sua resposta:

C) CÔMITE DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A EDUCAÇÃO FÍSICA E OS CONTEÚDOS ESPORTIVOS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: CAMINHOS PERCORRIDOS E PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS

Pesquisador: Claudio Kravchychyn

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 60700622.1.0000.0104

Instituição Proponente: Núcleo/Incubadora Unitrabalho

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	08/09/2022		Aceito

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
 Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900
 UF: PR Município: MARINGÁ
 Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: copep@uem.br

Página 08 de 10



Continuação do Parecer: 5.708.078

Básicas do Projeto	ETO_1928116.pdf	19:36:14		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Termo_Assentimento_Livre_Esclarecido_participantes.pdf	08/09/2022 19:34:33	Claudio Kravchychyn	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Termo_Consentimento_Livre_Esclarecido_pais_respons.pdf	08/09/2022 19:32:41	Claudio Kravchychyn	Aceito
Outros	RESPOSTA_PENDENCIA.pdf	08/09/2022 19:29:53	Claudio Kravchychyn	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_JH.pdf	08/09/2022 19:27:53	Claudio Kravchychyn	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	08/09/2022 19:18:04	Claudio Kravchychyn	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	12/07/2022 17:03:30	Claudio Kravchychyn	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_Instituicao.pdf	12/07/2022 08:56:30	Claudio Kravchychyn	Aceito
Outros	Questionario.pdf	12/07/2022 08:53:33	Claudio Kravchychyn	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGÁ, 18 de Outubro de 2022

Assinado por:
 Maria Emilia Grassi Busto Miguel
 (Coordenador(a))